

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZ DE FEVEREIRO DOIS MIL E QUINZE -----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E SEIS** -----

----- Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da

DRAFT

Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Margarida Matos Mota, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Isabel Cristina Rua Pires, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, João Diogo Santos Moura, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Aura Correia Martins Carvalho Gorito, Rui Jorge Gama Cordeiro e Luís Graça Gonçalves.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel da Gama (PS) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota.-----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Gama Cordeiro.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Luís Pedro Newton Parreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Aura Carvalho Gorito.-----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade.-----

----- Telmo Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND) por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo.-----

----- Foi, ainda, injustificada a falta do Deputado Municipal Vasco Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, à 32ª reunião da AML (18ª sessão extraordinária), realizada em vinte e quatro de junho de 2014.-----

DRAFT

----- Foi, igualmente, injustificada a falta da Deputada Municipal Mariana Mortágua à 39ª reunião da AML (23ª sessão extraordinária), realizada no dia vinte e nove de julho de 2014. -----

----- Foi justificada a falta do Deputado Municipal Carlos Alpoim Barbosa à 55ª reunião da AML (32ª sessão extraordinária), realizada em vinte e sete de janeiro de 2015. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Exmº Senhor Presidente António Costa e pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Graça Fonseca, Jorge Máximo, Duarte Cordeiro, Fernando Medina, Manuel Salgado, Sá Fernandes, Carlos Castro, Catarina Vaz Pinto e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, José Cal Gonçalves, João Pedro Gonçalves Pereira e Carlos Moura. -----

----- Às quinze horas e vinte e um minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sejam todos bem-vindos. -----

----- Hoje temos uma mudança de cenário, como já perceberam. Espero que se sintam bem neste espaço que é muito acolhedor e que nos foi cedido pelo Teatro Maria Matos que é também, uma instalação municipal e que não estava ocupado, hoje. -----

----- A razão desta mudança foi, naturalmente, como sabem, as dificuldades que tivemos com o ar condicionado no Fórum Lisboa, e não queremos contribuir para as estatísticas do agravamento das doenças e das urgências, nesta altura do campeonato, portanto entender que poderíamos tentar esta alternativa. -----

----- Peço desculpa a todos pelo incómodo de andar de uma ado para o outro. Peço, também, desculpa aos Senhores Deputados pelo incómodo de não terem bancadas e terem de escrever, eventualmente, em cima dos joelhos que não é prático, mas é uma situação excecional e portanto, agradecia a vossa compreensão e se houver uma falha da Mesa, também a vossa colaboração para que a sessão decorra da melhor maneira. ---

----- Nós hoje, temos que começar por apreciar o pedido de suspensão do mandato da Senhora Deputada Sofia Cordeiro, antes mesmo de dar a palavra ao público inscrito, temos uma pessoa inscrita para falar hoje, nós temos aqui uma questão de quórum para resolver. A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro pediu a suspensão de mandato por ter um problema de saúde que está a ser resolvido, e portanto pediu suspensão e terá que ser substituída, e nós temos que aceitar a substituição. -----

----- O que vimos em sede de Conferência de Representantes foi que o pedido de suspensão é um direito do deputado uma vez que foi por razões de saúde, tem esse direito, e que portanto, não faria muito sentido estarmos a votar uma matéria que é um direito dos deputados, a menos que algum deputado requeresse a votação, a Mesa limita-se a anunciar que a Senhora Deputada Sofia Cordeiro pediu a suspensão, que vai ser substituída pela Senhora Deputada seguinte na lista, e que é a Senhora Deputada Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, que já assinou o termo de posse, e a Mesa pergunta se alguém objeta a esta substituição? Não vejo sinais. Ninguém objetou, a situação está solucionada, e desejamos as melhoras à Senhora

DRAFT

Deputada Sofia Cordeiro. E a Senhora Deputada Maria Cândida pode sentar-se já no seu lugar. -----

----- Entramos então no período de intervenção do público. Temos apenas, uma pessoa inscrita, a Senhora D. Maria Aurora. Seja bem-vinda. Tem cinco minutos para apresentar a sua questão.” -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **A Senhora Maria Aurora Leal da Costa**, residente na Estrada de Chelas, nº192, 1000-150 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhora Presidente, Senhora Vereadora e o resto de todos os senhores presentes.* -----

----- *Eu venho já em 2012 um processo à Câmara para pedir uma habitação, porque infelizmente fiquei desempregada há quatro anos.* -----

----- *Tinha a minha casa que era da Câmara, acabei por a comprar e não pude pagar a renda por causa de não ter emprego, fui posta em insolvência e tiraram-me a casa. -*

----- *Fui para uma habitação neste momento sem condições nenhuma, na Estrada de Chelas, a pagar uma renda que é a Santa Casa que me tem ajudado, que de vez em quando não pode também, onde tenho dois filhos menores que estão no liceu e o senhorio tem meses que não tenho ajuda não posso pagar, corta-me a luz e aquilo é um pátio, ele tem acesso à luz e à água.*-----

----- *As minhas crianças chegam a casa não tem luz, não podem estudar e além de serem bons alunos.*-----

----- *Eu venho por este meio uma coisa que eu possa ser responsável, possa pagar com as minhas posses e viver, pronto, sossegadinha sem estar constantemente com isto na minha cabeça porque é muito complicado, principalmente para os meus filhos e um é asmático, a casa é cheia de humidade, o mais novo é asmático e eu também sou. -*

----- *E eu venho por este meio pedir, se me era possível dar uma casa onde eu possa cumprir todos os meses com as minhas responsabilidades. Era só.* -----

----- *Muito obrigado.”* -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigada Senhora Maria Aurora.* -----

----- Neste momento a Assembleia Municipal não pode acudir. Mas vai ser recebida pelo Dr. Rui Gonçalves que é o Assessor da Vereadora da Habitação, para dar os dados e ver se as diligências que são necessárias fazer, já foram feitas, ou se é preciso mais alguma coisa. Ele vai dar-lhe todas as informações necessárias.-----

----- *Muito obrigada.* -----

----- Senhores Deputados, posto isto, iniciamos o período de perguntas à Câmara Municipal. -----

----- Eu lembro, novamente, o formato desta sessão que foi concertada em Conferência de Representantes quando fizemos a primeira sessão de perguntas. Este formato não consta do Regimento e, portanto, é bom lembrá-lo.-----

DRAFT

----- Antes disso, vejo que há pessoas que estão preocupadas com o acesso à *internet*. A *internet* acessível, aberta nesta sala é “Cml-Aml”. Se nos vossos *browsers* colocarem esta designação encontram a rede, trata-se de uma rede aberta. -----

----- Vou lembrar, então, o formato de sessão de perguntas. -----

----- Nós temos uma enorme quantidade de temas que foram apresentados. Portanto, esta sessão decorrerá com um ritmo bastante intenso. Foram quarenta e três temas apresentados pelos vários grupos municipais para a Câmara responder, e o formato é o seguinte: cada deputado faz a pergunta, ou perguntas, seguindo-se, de imediato, a resposta da Câmara. Aqui o que importa é que a câmara esteja atenta para como quer gerir o seu tempo de resposta. Havendo mais do que um deputado do mesmo grupo, ou do conjunto dos Deputados Independentes inscritos, há uma segunda ronda, ou uma terceira, ou quarta ronda, tantas quantos os deputados de cada grupo estiverem inscritos. Caso a Câmara não tenha tempo para responder a todas as questões colocadas, a Mesa negocia a cedência de tempo com os Grupos Municipais ou Deputados Independentes, que dele disponham. A Mesa informa sobre esta matéria uma vez que há dois grupos e o conjunto dos Deputados Independentes que não se inscreveram, não apresentaram temas, um deles apresentou mas depois retirou, temos aqui uma folga de trinta e seis minutos que em sede de Conferencia de Representantes foi aceite que a Mesa atribuisse este tempo de resposta à Câmara, porque são quarenta e três temas a serem perguntados. Portanto, estes trinta e seis minutos, a Mesa não vai fazer mais diligências, vai contar já com eles, estão afetos ao PNP, ao PAN e aos Deputados Independentes, quando acabar o tempo da Câmara, entra o tempo destes três que acabei de referir e, depois veremos como decorre a sessão e faremos o esforço para gerir o melhor possível o nosso tempo. -----

----- Lembro, ainda, que no formato desta sessão, se algum deputado pretender repetir a pergunta, e já tem acontecido por não se considerarem satisfeitos com a resposta, tem que fazer uma ronda seguinte, ou seja, tem de se voltar a inscrever. Há só uma pergunta, depois a resposta. Se não ficar satisfeito com a resposta, tem de se voltar a inscrever para a ronda seguinte. -----

----- Vamos procurar que corra tudo da melhor maneira.” -----

----- **PONTO 3 – PERGUNTAS À CÂMARA MUNICIPAL, SEGUNDO OS NÚMEROS 1 E 4 DO ARTIGO 42º, DO REGIMENTO, DE ACORDO COM OS TEMAS INDICADOS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS, EM ANEXO (GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 VEZES A GRELHA DO PAOD – 4 HORAS);** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Para esta sessão extraordinária, o Partido da Terra seleccionou quatro temas, esperando que o Senhor Presidente não impeça os Senhores Vereadores de responder às questões levantadas, tal como aconteceu na última sessão de perguntas à Câmara. ---

----- O primeiro tema é respeitante à ponte cor de laranja construída sobre a segunda circular com o objetivo de minimizar os problemas de mobilidade dos peões e ciclistas que circulam entre Telheiras e a zona das Torres de Lisboa. -----

DRAFT

----- Esta obra custou um, trezentos e sessenta e cinco milhões novecentos mil euros financiados pela empresa associada, e quatrocentos e sessenta e cinco mil euros comparticipados pela Câmara através de taxas devidas pela empresa. -----

----- Após alguma pressão efetuada na comunicação social e redes sociais, a Câmara decidiu, finalmente, concretizar dois objetivos, o primeiro consistiu na abertura da infraestrutura ao público, retirando as grades de proteção, e o segundo, o corte da fita para o próximo dia catorze. Pelo dia, pode ser que floresça a moda dos cadeados à semelhança das pontes em Paris. -----

----- Apesar da abertura ao público do equipamento, importa esclarecer algumas questões; o equipamento localiza-se sobre uma das principais vias da cidade, onde circulam milhares de veículos. Estão os condutores seguros quando circulam no local?

----- Os utilizadores também podem circular em segurança? Na aceitação da obra por parte do município foi requerido algum parecer de segurança à Autoridade Nacional de Proteção Civil e/ou Regimento de Sapadores de Lisboa? Porque não existe sinalização tal como pintura de via e/ou guarda corpos de proteção de peões principalmente, junto à paragem de autocarros? -----

----- Por último, não podemos deixar de referir a inexistência de papeleiras que podiam desincentivar os arremessos para a via pública. -----

----- O segundo tema é sobre o Pavilhão Carlos Lopes que, curiosamente, é hoje trazido a plenário por outras forças políticas. -----

----- A dezasseis de setembro de 2014, esta Assembleia aprovou por maioria a recomendação pela salvaguarda do Pavilhão Carlos Lopes, apresentada pelo Partido da Terra, com as seguintes deliberações: -----

----- - solicitar à Câmara informações atualizadas sobre a transformação do pavilhão Carlos Lopes no novo Centro de Congressos de Lisboa, nomeadamente, prazos de implementação, modelo de gestão e fontes de financiamento; -----

----- - solicitar à Câmara informações sobre quais as medidas de segurança postas em prática para garantir a salvaguarda do património histórico existente no Pavilhão Carlos Lopes, com especial incidência dos painéis de azulejos. -----

----- Passados vários meses após a sua aprovação, a Assembleia municipal ainda não vislumbrou qualquer esclarecimento acerca de nenhum dos pontos deliberativos. A única notícia que veio a público aconteceu aquando da discussão da implementação das novas taxas municipais, em que foi informado que a nova taxa municipal sobre turismo seria para pagar a adaptação do pavilhão ao novo Centro de Congressos de Lisboa. -----

----- Sobre a salvaguarda do património histórico existente no Pavilhão Carlos Lopes, com especial incidência nos painéis nenhuma informação foi dada até à data. Recentemente, o vice-presidente da Câmara informou que a autarquia não irá apoiar, nem financiar, o Centro de Congressos, previsto para o Pavilhão Carlos Lopes, devido ao pronunciamento público da Associação de Hotelaria de Portugal. -----

----- O autarca que falava em reunião pública do executivo, salientou que o projeto não era da Câmara, a iniciativa não foi da Câmara, era apenas uma pretensão

DRAFT

acompanhada por várias instituições públicas e para a qual não foi possível obter fundos comunitários. -----

----- Considerando a importância histórica do imóvel, e o património existente, importa ao executivo esclarecer qual o futuro que pretende dar ao equipamento e o que pretende fazer para a salvaguarda do património existente. -----

----- Em relação ao terceiro tema escolhido, também este assenta numa recomendação submetida pelo Partido da Terra, aprovada por maioria na Assembleia Municipal, de vinte e três de setembro, com o tema; “Pela salvaguarda e reestruturação do Parque Recreativo do Alvito”. Os quatro pontos deliberados foram os seguintes; -----

----- - proceda à manutenção dos equipamentos infantis que se encontram danificados, adotando uma estratégia de manutenção programada e continuada; -----

----- - proceda à reorganização do parque de estacionamento de forma a permitir um estacionamento ordenado a todos os utilizadores do parque;-----

----- - apresente um projeto de requalificação do piso superior do parque no que respeita à área de ocupação pelas piscinas, de forma a devolver o espaço à cidade; -----

----- - apresente um projeto de requalificação dos equipamentos infantis, adaptados a crianças com mobilidade reduzida e portadoras de deficiência, de forma a transformar o Parque Recreativo do Alvito num parque inclusivo. -----

----- Na discussão do documento, o Partido Socialista afirmou que o Partido da Terra tinha poderes de vidente pois as obras estavam praticamente a iniciar-se. Contudo, após cinco meses do nosso alerta, o equipamento encontra-se igual a si próprio, permanece o estacionamento desordenado que obriga aos fins de semana as famílias a andarem no meio da estrada para chegar ao parque. A autarquia está à espera que aconteça algum acidente para depois intervir? Para quando a intervenção prometida? --

----- O último tema diz respeito à política de mobilidade e acessibilidade levada a cabo pelo executivo na implementação das zonas de emissão reduzida. -----

----- Há pouco mais de quinze dias, o executivo concretizou a terceira fase de emissão reduzida, reduzindo a circulação de veículos anteriores a 2000, no corredor do Marquês de Pombal – Terreiro do Paço. -----

----- O Partido da Terra defende a necessidade de diminuição de poluentes em especial no centro da cidade, onde a aplicação da zona de emissões reduzidas deve ser uma medida paliativa. No entanto, esta só será viável com a execução de um programa mais vasto e amplo por parte da Câmara. -----

----- É certo que, apesar da disponibilidade, a Câmara não tem autonomia no setor dos transportes. Porém, existem outras áreas onde a Câmara pode, e deve, intervir de forma a incentivar os cidadãos a não trazer o veículo para o centro da cidade. -----

----- São vários os exemplos de políticas e medidas contraditórias, aprovadas por este executivo. Na última sessão destacamos algumas; o encerramento do parque da EMEL, junto à estação do metro de Sete Rios, concebida para acolher o terminal de transportes dos TST, atualmente situado na Praça de Espanha. É só menos um parque de estacionamento que poderia permitir uma relação de simbiose com o metro. -----

----- Caros colegas, o Partido da Terra admite, francamente, que tem sérias dificuldades em identificar qual a política, plano ou medidas, do atual executivo para

DRAFT

desincentivar os cidadãos a não levar o veículo para o centro da cidade. Porém, estamos expectantes que esta nossa complexidade fique ultrapassada e esclarecida nesta sessão. Desta forma, importa elucidar quais são as medidas, ou políticas municipais, implementadas, ou por implementar, que irão contribuir para que os cidadãos não sintam a necessidade de levar o veículo para o centro da cidade. -----

----- Recordo as restantes perguntas; a ponte laranja da 2ª Circular tem condições de segurança para os utilizadores condutores? Existe algum parecer dos serviços sobre o assunto? Qual o futuro do Pavilhão Carlos Lopes? Qual o plano da autarquia para salvaguardar o património existente? Para quando as intervenções de melhoria para o Parque do Alvito? Qual a política do executivo para que os cidadãos não sintam a necessidade de levar o seu veículo para o centro da cidade? -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Tínhamos aqui, como Vereador responsável por algumas destas áreas, o Vereador Sá Fernandes e eu tenho aqui como informação que o mesmo está praticamente a chegar, ainda não chegou, e portanto, seria a pessoa que responderia pelo menos, a três das questões que foram levantadas. Não sei se ele terá a oportunidade de responder mal chegue.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Senhor Vereador, ele tinha que responder na hora em que lhe era dada a palavra. Não estando cá, não tem resposta, a menos que outro vereador queira responder. -----

----- Não temos alternativa. -----

----- Ficará para a segunda ronda. Não podemos ficar com a sessão parada à espera que o Senhor Vereador chegue. -----

----- A sessão começa às três horas.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Então, tentaremos fazer um esforço, pelo menos o tempo de resposta pode ser que pelo meio chegue o Senhor Vereador Sá Fernandes. -----

----- No que diz respeito à ponte Galp tudo aparenta estar normal, uma vez que a data de inauguração é dia catorze de Fevereiro. -----

----- E no que diz respeito ao Pavilhão Carlos Lopes, eu vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente no sentido de ele dar alguns esclarecimentos sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Um esclarecimento muito breve. -----

----- A transcrição que o Senhor Deputado relatou é factual, por isso na possibilidade no Pavilhão Carlos Lopes vir a instalar o Centro de Congressos de Lisboa, era a resposta da Câmara Municipal ao que era uma ambição antiga muito consensualizada entre o setor do turismo da cidade. Relembro que fez parte do Plano Estratégico 2007-2010, o novo Centro de Congressos, fez parte do Plano Estratégico 2010-2014, fez parte, acima de tudo, do Plano de Atividades com o grande objetivo da Confederação do Turismo de Portugal no último Plano de Atividades da atual direção que agora se

DRAFT

encontra a cessar o mandato e, por isso, a construção desse novo equipamento era uma ambição bastante consensualizada dentro do setor do turismo. -----

----- A Câmara disponibilizou-se porque tem verbas que estão disponíveis na contrapartida inicial do Casino de Lisboa para a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes, a juntar, no fundo, esse processo, em ambos, no mesmo. Recentemente, tendo sido conhecida o caráter indesejável a construção do novo Centro de Congressos por parte de uma importante associação do setor do turismo, em Lisboa, a Câmara retira a consequência evidente de que havendo um parceiro importante que acha que o investimento não é relevante, não é a Câmara que o vai fazer porque, de facto, não era uma iniciativa, nem uma ideia da Câmara. -----

----- Cabe-nos a nós, como bem referiu, a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes, sendo que dentro de breves semanas, apresentaremos um projeto e é nossa intenção relativamente à recuperação do Pavilhão Carlos Lopes que queremos ver concluída ainda no termo deste mandato. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Começando pela Ponte da Galp, aliás o meu colega Duarte Cordeiro já teve a ocasião de dizer qualquer coisa sobre o assunto. Trata-se de uma obra de extrema importância, está pronta e vai ser inaugurada sábado, e eu que não sou dado a inaugurações, faço muita questão em estar nesta porque se trata de uma obra de uma importância extraordinária porque é talvez, o princípio da humanização da 2ª Circular, e é o princípio de unirmos duas margens e é um namoro que se concretiza entre estas duas margens. E no dia catorze é o dia dos namorados, portanto, acho que é uma data bem escolhida para a Ponte da Galp que oferece todas as condições de segurança, e existe uma garantia bancária para que qualquer coisa que ainda esteja por acertar possa ser rapidamente solucionada. A mesma oferece toda a segurança e, de facto, é um sonho antigo unir as duas margens, ainda por cima, porque também permite unirmos futuros parques que possam acontecer na zona. Portanto, ligarmos esta zona a outra margem, nomeadamente aos Parques de Telheiras e à Quinta da Granja é, de facto, um salto qualitativo em termos de estrutura verde, muito importante. -----

----- Em relação ao Parque do Alvito, este tem a sua manutenção a correr bem em termos de verdes, e os balneários, também. E existem duas empreitadas que temos preparadas as quais podemos lançar ainda este ano para arranjo de algumas infraestruturas que estejam no Alvito ainda por fazer, nomeadamente, a zona de outros balneários. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “O primeiro tema são transportes. -----

----- Tive a oportunidade de ler no Diário Económico as declarações de Rui Loureiro, Presidente dos Transportes de Lisboa, empresa que engloba o Metro, a CARRIS e a Transtejo. Confesso que fiquei preocupada porque diz que em 2014, os gastos do Metro e da CARRIS foram de trezentos milhões de euros, dados oficiais. Por isso, faço a pergunta, tendo em conta os mil quatrocentos e vinte milhões de euros de

DRAFT

passivo da Câmara, vai a Câmara de Lisboa candidatar-se à concessão do Metro e da CARRIS? Quando é que a Câmara de Lisboa se vai dignar a enviar a esta Assembleia, o estudo económico em que se apoiou para se candidatar à concessão do Metro e da CARRIS? O Senhor Deputado Sérgio Azevedo já fez esta pergunta, eu por diversas vezes já insisti, pelo que insisto novamente, quando é que a Câmara nos vai dar esses elementos a conhecer? -----

----- Sobre este mesmo tema, não posso esconder a minha preocupação face às declarações do Senhor Presidente da Câmara de Lisboa num debate que teve com o Senhor Presidente Rui Moreira, da Câmara do Porto, em que o Presidente da Câmara de Lisboa disse exatamente isto; “Se alguém comprar a CARRIS e o Metro contra a vontade da Câmara de Lisboa, pode estar certo que lhe vai correr muito mal”. Eu gostava ser esclarecida sobre estas observações. Isto quer dizer que a Câmara se vai recusar a sentar à mesa com quem ganhe a concessão? Quer dizer que a Câmara de Lisboa vai colocar entraves à melhoria dos transportes em Lisboa contra os interesses dos munícipes? Foi o Senhor Presidente que disse e eu só peço que me esclareçam. ----

----- Segundo tema, emissão de gases reduzidos. -----

----- Segundo o Jornal Sol, Senhores Deputados eu estou a fazer perguntas e tenho direito a respostas. Caso contrário, vou-me embora. Posso continuar?-----

----- Senhora Presidente, eu peço que seja descontado o tempo no meu tempo para interrupção senão não consigo formular as perguntas.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Com certeza, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Segundo os estudos feitos pela Universidade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa os níveis de emissão de CO2 e de gases poluentes na Avenida da Liberdade estão abaixo dos legalmente permitido, à exceção do nível das partículas suspensas cujos principais responsáveis são os táxis, a quem a Câmara de Lisboa prolongou a exceção de circulação, até 2017. A pergunta é, face a estes estudos, como é que a Câmara justifica e enquadra as medidas que tomou recentemente à circulação na Baixa de Lisboa?-----

----- Terceira pergunta, e terceiro tema, não foi agendado, não foi pedido, mas eu tenho a certeza que a Câmara está em condições de responder e, por isso, faço a pergunta; vai amanhã, a sessão de Câmara, a celebração do contrato de direito de superfície do terreno da Ajuda a favor dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, que neste momento estão na Praça da Alegria. Eu estranhei porque é que os Bombeiros Voluntários da Ajuda terão consentido sair de um edifício na praça da Alegria, para se deslocarem para um terreno onde não podem parquear as viaturas que têm e onde vão viver em contentores. Dado que a proposto presume a concordância, eu faço a pergunta, em que data foi celebrado o acordo entre a Câmara e os Bombeiros? E qual é o número do anexo da proposta onde consta esse acordo? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, respondeu: -----

DRAFT

----- “A Mesa chama a atenção se é a constituição de um direito de superfície terá que vir à Assembleia Municipal, e haverá oportunidade de debatermos a proposta caso ela venha a ser apreciada pela Câmara, e aprovada. -----

----- Entretanto, peço à Câmara que indique quem é que vai responder.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Cumprimento a Senhora deputada Margarida Saavedra, e dizer-lhe que é interessante a escolha que faz para a sua revista de imprensa não ter começado no Metro e na CARRIS pelas múltiplas citações de imprensa por parte dos responsáveis do Governo, a ter dito que já efetuaram o saneamento financeiro das companhias e que os er vitas são zero ou positivos. Porque, aliás, tem sido essa a informação que tem sido vinculada pelo Governo, e que até tem alardeado como condição do concurso que o concurso será feito com base em zero de indemnizações compensatórias.-----

----- Isto, para lhe chamar a atenção que, provavelmente, poderia ter sido alertada por este facto para reparar que os trezentos milhões de despesas do Metro, também existe uma coisa no Metro que se chama receita, e é desse equilíbrio entre receita e despesa e nos equilíbrios com as necessárias despesas de investimento que é necessário fazer e do que se determinam que sejam os custos de serviço público que se pode apurar o resultado final.-----

----- Já foi por diversas vezes transmitido que a avaliação que foi pedida pela Câmara situa para as condições que o Governo determinou como condições base para o concurso, isto é, com a parte de investimentos pesados, quer do lado do Metro, do lado do Estado, e com toda a dívida retirada do Estado com o conjunto de distribuição de custos nomeadamente, relativamente aos fundos de pensões, que o desequilíbrio global das duas companhias para uma situação operar, exatamente como está, se situará em cerca de vinte milhões de euros. A operar exatamente como está, isto significa operar mal, isto é a operar após uma queda muito significativa de dezenas de milhões de passageiros ao longo dos últimos anos.-----

----- Relativamente à divulgação do estudo, ele foi feito relativamente à vereação e sê-lo-á Assembleia, sem qualquer dificuldade, nos exatos termos que o Governo obrigou à assinatura do acordo de confidencialidade. Por isso, é o único elemento que nos vincula do ponto de vista da divulgação do estudo, e nenhum outro nos termos em que essa divulgação é feita, sê-lo-á à Assembleia sem qualquer reserva. -----

----- Relativamente à terceira questão, “vai correr mal a quem comprar”, que me parece uma evidência na medida em que a Câmara e a Assembleia, já por mais do que uma vez, aprovaram moções em que reafirmam aquilo que me parece elementar na defesa do interesse público que é a Câmara não abdicar dos seus direitos patrimoniais sobre as empresas, nem abdicar dos seus direitos enquanto entidade concedente do sistema de transportes. Ora, uma entidade que não abdica dos seus direitos não pode ver esses direitos serem tomados por outros e ficar impávida, serena e tranquila perante essa situação, porque recorde, a Câmara era, ao contrário de outras Câmaras do país, a Câmara era proprietária das companhias. E as Câmaras Municipais são, legalmente, as concedentes dos serviços de transporte. -----

DRAFT

----- Senhora Deputada, repare até na bizzarria da situação, é que o Governo prepara-se para lançar um concurso de subconcessão quando está a exercer a concessão ao abrigo da nacionalização da companhia, que foi feita em 1975. Isto é, a concessão que vigora é a concessão original da Câmara Municipal de Lisboa. E, por isso, o que o Senhor Presidente da Câmara disse é aquilo que me parece elementar, e que me parece que terá de ser secundado por todos, é que a Câmara não abdica, neste caso, daqueles que são os seus direitos patrimoniais, nem dos seus direitos enquanto entidade concedente.

----- O que propusemos ao Governo foi uma solução mais simples, foi dizer enquanto não se toma, enquanto a legislação não resolve por vias a passagem para a Câmara do poder de concedente, o que nós dissemos é que iríamos acelerar o processo de melhoria operacional das companhias através da gestão, pela Câmara Municipal por via de um contrato interadministrativo em que nós assumimos essas competências de gestão e partilhamos as competências das responsabilidades de acionistas. Agora, que não haja equívocos, a Câmara de Lisboa não abdica de nenhum poder, nem patrimonial, em particular relativamente ao Metro, nem de entidade concedente do sistema de transporte. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “O primeiro tema: Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.-----

----- “Os Verdes” começam esta sessão de perguntas à CML com uma questão à qual o executivo se recusou a responder no último debate de declarações políticas, apesar de estar regimentalmente previsto que, nesse debate, os grupos municipais podiam dirigir perguntas à CML.-----

----- O tema é, portanto, o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, que é um departamento estratégico para a autarquia, mas que apresenta um conjunto de problemas como a escassez de recursos humanos, a falta de formação profissional, a ausência de investimento nas instalações e equipamentos essenciais que estão degradados, a necessidade de haver uma melhor organização e de se ter uma visão estratégica que permita otimizar o serviço e a falta de materiais básicos necessários ao normal funcionamento das oficinas, que provoca muitas vezes a paralisação dos sectores. -----

----- “Os Verdes” puderam constatar estes e outros problemas, durante uma visita que efetuaram às oficinas dos Olivais e é precisamente sobre estes problemas que hoje esperamos obter resposta por parte do executivo.-----

----- Assim, as nossas perguntas são as seguintes: -----

----- - A CML considera ou não o DRMM um departamento fundamental e estratégico para o município? -----

----- - Em concreto, o que pensa o executivo fazer com este departamento, quando o Sr. Presidente da CML já veio falar na possibilidade de criação de Serviços Municipalizados? -----

----- - Para quando estão previstas as obras necessárias nas instalações do DRMM? ----

DRAFT

----- - Que medidas pretendem tomar a autarquia para o bom funcionamento do DRMM? E para quando? -----

----- Segundo tema: Terreno anexo ao Lar Maria Droste. -----

----- A ESTAMO apresentou à CML um projeto de loteamento para um terreno com cerca de 6 hectares situado a nascente do Lar Maria Droste, em Carnide, entre a 2ª circular e a Rua Professor Fernando Namora. O projeto prevê, no mínimo, a edificação de um conjunto de 12 lotes com 7 pisos acima do solo. Mas a proposta apresentada pela ESTAMO contempla a cedência ao município de uma parcela de terreno com mais de 30 mil m² destinada à criação do denominado Parque Urbano Maria Droste. -----

----- Em primeiro lugar, o pedido de licenciamento para a realização dessa operação esteve em discussão pública na 2ª quinzena do passado mês de Janeiro. -----

----- Em segundo lugar, o projeto poderá ainda vir a beneficiar de créditos de construção com uma possível majoração futura, ao abrigo do Regulamento de Incentivos a Operações Urbanísticas. -----

----- Em terceiro lugar, o empreendimento insere-se numa zona a poente de Telheiras já densamente habitada. E, em 4º lugar, desconhece-se qualquer projeto para a edificação do referido Parque Urbano. -----

----- Neste contexto, “Os Verdes” questionam o seguinte: -----

----- - reconhece ou não o executivo que a densidade calculada para este empreendimento virá lesar a qualidade de vida dos atuais residentes? Se sim, como pensa minimizá-la? -----

----- - perante o previsível grande acréscimo de tráfego numa área residencial ladeada por uma via com uma única faixa de circulação em cada sentido, sem Metropolitano e servida por uma única carreira da Carris na rua prof. Fernando Namora, como planeia a CML descongestionar os fluxos de trânsito envolventes ao interior do bairro e à 2ª circular? -----

----- - para quando prevê o executivo apresentar para debate público o projeto sobre o Parque Urbano Maria Droste? -----

----- Terceiro tema: Núcleo Desportivo da Quinta da Torre do Fato. -----

----- A CML emitiu em 29/12/2014 Alvará de Licença de Construção em nome da empresa Racket4you, Lda, para um quarteirão delimitado pelas ruas Augusto Macedo, Manuel Rodrigues da Silva e Pires Jorge, em Carnide. O terreno destina-se à construção de um Núcleo Desportivo composto por 2 campos de ténis, 3 de padel, bar e restaurante, balneários, bem como sala de reuniões e outras estruturas de apoio. Ora, o promotor do empreendimento não previu espaços de estacionamento no interior do lote para as viaturas de clientes, funcionários e fornecedores. -----

----- Os residentes, os condomínios e o comércio da zona envolvente, consideraram como muito positiva a construção desse equipamento. Porém, não deixam de alertar para os impactos no tráfego e nas acessibilidades em geral que esse Núcleo virá acrescentar a uma zona residencial que já por si se encontra deficitária em estacionamento, bem como, inclusive, para acesso a carros de bombeiros em algumas

DRAFT

das ruas estruturadas como becos sem saída, onde hoje em dia o estacionamento já é feito no centro da faixa de rodagem e em cima de passeios. -----

----- Perante este enquadramento, o Grupo Municipal de “Os Verdes” questiona o seguinte: -----

----- - tem a Câmara Municipal de Lisboa conhecimento que a zona já é deficitária em estacionamento, pelo que a criação de mais tráfego, sem o correspondente espaço de estacionamento interno ao lote só poderá traduzir-se no agravamento da atual caótica circulação de trânsito?-----

----- - reconhece ou não a CML que uma diminuta oferta de lugares condiciona a frequência de utilização de equipamentos de uso coletivo? -----

----- - vai a CML viabilizar a construção de um Parque de Estacionamento Subterrâneo como sugerido pelos comerciantes e residentes da zona? -----

----- Quarto tema: Pavilhão Carlos Lopes. -----

----- O Pavilhão Carlos Lopes, que se encontra encerrado desde 2003, tem vindo a degradar-se com a perda significativa de parte do seu espólio. Em 2008 foi decidido transformá-lo em Museu Nacional do Desporto. Para esse fim, o Município chegou a receber três milhões de euros do Casino de Lisboa para aplicar na sua recuperação. Mas o Museu acabaria por ser instalado no Palácio Foz. -----

----- A CML ainda chegou a considerar a sua concessão a uma Fundação, acabando em 2013 por cancelar o seu licenciamento para discoteca, salão de festas e exploração por terceiros de bares e parque de estacionamento, por a entidade ter violado as regras do concurso. Logo depois, o Pavilhão foi incluído no Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico de Lisboa, para 2015-2019, que nele previa a construção de um novo centro de congressos. Mas perante as diversas reações contrárias, um pouco por todos os sectores transversais ao turismo, a própria Associação de Hotelaria de Portugal considerou esse projeto como “inoportuno”, tendo em conta o financiamento previsto de 57 milhões de euros. Felizmente, o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa também já veio descartar a iniciativa.-----

----- Perante esta nova realidade, “Os Verdes” interrogam o seguinte: -----

----- - como pondera o executivo salvaguardar, no curto prazo, a segurança do importante património, inclusive de riquíssimos azulejos, do Pavilhão Carlos Lopes? --

----- - está o executivo disponível para voltar a reequacionar o seu uso na área do desporto, utilizando os milhões de euros recebidos do Casino de Lisboa na sua recuperação?-----

----- - pondera, inclusive, devolver a sua importante valência desportiva, utilizando-o, mesmo que parcialmente, para as novas Olissipiadas de Lisboa?”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Tentando ser o mais sintético possível, sim, o município reconhece a importância da DRMM. O município em conjunto com os sindicatos definiu um plano, quer ao nível da contratação de trabalhadores para as várias áreas operacionais, quer ao nível de algumas obras que são determinantes do ponto de vista das instalações. Teremos muito gosto em dar o detalhe, posso aqui pormenorizar mas penso que não seja esse o objetivo. Está definido um plano, quer ao nível das

contratações de pessoal, quer ao nível da reparação e da ampliação de algumas áreas de trabalho da DRMM, e sim o município está a equacionar a nível, neste momento, de estudo, a possibilidade da DRMM, o futuro da DRMM, ser dentro ou fora dos serviços municipalizados, caso eles venham a ser criados na Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Maria Droste, é verdade. Está prevista que seja ali instalado um parque urbano da dimensão do Jardim da Estrela, com uma área de cerca de trinta mil metros quadrados, três hectares.-----

----- Ainda em relação à Maria Droste, a densidade que está prevista é a densidade mínima prevista para aquele espaço no Plano Diretor, 1.2, e não está previsto qualquer acréscimo de edificabilidade.-----

----- Terceiro ponto, ainda relativamente à Maria Droste, existe um parecer do tráfego feito pelos serviços da Câmara que prevê que a solução encontrada seja a boa solução.

----- Quinta dos Inglesinhos, é verdade que há uma área que está prevista no loteamento para o equipamento desportivo. Essa área é privada. Em tempos, talvez há cerca de dois anos, tive uma reunião com a comissão de moradores e foi levantada a questão do estacionamento, foi proposto que os moradores se organizassem em associação em que a Câmara cederia o terreno para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, ficando a superfície transformada em jardim, e que a Câmara estaria disponível para isso, aliás, existem outros parques ali à volta. Foi proposto, também, ou foi posta a hipótese da EMEL construir este parque de estacionamento e, por isso, houve contactos entre a comissão de moradores e a EMEL. A EMEL constatou que o seu calendário não era compatível com o calendário exigido pelo promotor do terreno para fazer o complexo desportivo, e acabou por a EMEL desistir de construir esse parque de estacionamento.-----

----- Neste momento o processo não está fechado.-----

----- O número de lugares de estacionamento gerados pelo equipamento, se a memória não me falha, são dezassete, ou dezanove, já não me recordo bem, julgo que são dezassete, e está a ser estudada onde e como localizar estes lugares de estacionamento reservados exclusivamente, aos utentes do campo porque, obviamente, se estes lugares forem indiscriminados o que vai fazer é atrair ainda mais lugares de estacionamento para aquela zona.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Na quarta sessão dedicada a perguntas à Câmara, o CDS volta a trazer problemas quotidianos da nossa cidade, alguns repetidos por manifesta ausência de resposta do executivo e outros que têm sido motivo de preocupação dos munícipes.-----

----- A primeira prende-se com o Plano de Repavimentação da cidade.-----

----- Nas duas últimas sessões, de perguntas à Câmara, o CDS apresentou várias propostas de inclusão de arruamentos da capital que se encontravam, e encontram, num estado lastimoso no que respeita ao seu pavimento; são crateras atrás de crateras.-

DRAFT

----- Nessas reuniões, ficou o compromisso do Senhor Vereador Jorge Máximo de apresentar o respetivo plano à Assembleia, facto que ocorreu, no ano passado, no âmbito da quinta comissão.-----

----- Na análise ao plano, então, apresentado e posteriormente distribuído aos Senhores Deputados, é demonstrada a metodologia que guiou o processo de escolha, iniciando-se uma identificação de arruamentos pelas Juntas de Freguesia a posterior análise pela DMPO e o cruzamento integração com outros projetos como “Uma praça Em Cada Bairro”.-----

----- Das propostas apresentadas pelo CDS, algumas delas foram incluídas no Plano de Repavimentação, e outras, não. O que gostaríamos de saber, Senhor Vereador, é a razão pela qual algumas artérias não se encontram no Plano de Repavimentação. Se foram as Juntas de Freguesia que não indicaram esses arruamentos para intervenção prioritária, ou se foram os serviços camarários que não acolheram as referidas propostas. E insisto nestes arruamentos porque são vias que se encontram, em péssimo estado pondo em risco a segurança das viaturas e peões. E destaco algumas delas, as ruas Sousa Martins e Rua Andrade, Freguesia de Arroios. A primeira delas serve, em grande parte do dia, de via de escape às paralelas Av. Fontes Pereira de Melo, e às Ruas Conde Redondo e Luciano Cordeiro. No caso da segunda, é uma das vias de entrada na zona residencial dos Anjos com acesso a Sapadores, ao Lidl, à piscina e Mercado Municipal de Forno do Tijolo. A Rua das Pretas e a Rua do Telhal, Freguesia de Santo António, ambas fustigadas pelo tráfego automóvel, mas a merecerem particular atenção pelo tipo de pavimento e pelas cheias, o que exige atenção redobrada, para não falar que com a restrição da ZER, Zona Um, são uma das duas vias de atravessamento da Av. Da Liberdade, para viaturas anteriores a 1996, ou melhor, a 2000. Rua António Cândido, Freguesia das Avenidas Novas, uma das vias com volume de tráfego considerável servindo de alternativa à Av. Duque d’Ávila e acesso à Av. António Augusto Aguiar. E, por fim, a Rua Augusto Rosa, Freguesia Santa Maria Maior, uma das principais artérias de acesso da Baixa à zona do Castelo, Portas do Sol, Santo André e Graça, também com grande fluxo de veículos turísticos, autocarros, tuk tuk’s entre outros.-----

----- Como pode constatar, Senhor Vereador, e não retirando a necessidade de intervenção dos arruamentos previstos no plano, estas artérias quer pela sua função distribuição automóvel, quer pela centralidade no que respeita à mobilidade, torna-se imperioso que a Câmara se pronuncie sobre as suas intenções.-----

----- Propomos, ainda, que os serviços, caso não tenham feito, avaliem a inclusão destas ruas no plano.-----

----- Senhor Vereador, como não estava nas perguntas, se não responder eu compreendo. Mas aproveitava ainda para solicitar um ponto de situação sobre as obras na Calçada da Ajuda.-----

----- A minha segunda pergunta é dirigida ao Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- Como certamente, terá tido oportunidade de analisar, a Assembleia Municipal na sua reunião de dezassete de junho do ano passado, aprovou uma recomendação do CDS que alertava para o problema do excesso de poluição visual causado por

DRAFT

publicidade no Centro Histórico da cidade, bem como o eventual número elevado de publicidade ilegal e a falta de fiscalização, tantas vezes pedida. -----

----- Lembramos, ainda, que esta preocupação do CDS não é de agora. Deu os primeiros passos aquando da inclusão de medidas de ordenamento de publicidade na Baixa, com a constituição do Comissariado para a Baixa-Chiado, chefiado pela saudosa Maria José Nogueira Pinto, bem como o que está previsto no plano de pormenor e salvaguarda da Baixa Pombalina. -----

----- E, Senhor Vereador, nem valerá a pena repetir o facto da ausência de cumprimento das normas estabelecidas na deliberação 146, desta Assembleia, 1995, relativa à realização urbana dos Bairros Históricos da Cidade de Lisboa, e a aplicação eficaz do regulamento de publicidade, datado de 1992, ou seja, os anos passaram e as soluções para a resolução desta problemática vão-se vislumbrando mas a conta-gotas.

----- Também é importante lembrar a intenção, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, de candidatar a Baixa a Património Mundial da Humanidade, intenção essa que nunca poderá ser concretizada sem resolver, entre outros problemas, o reordenamento publicitário nesta zona e a inerente poluição visual. -----

----- Nesse sentido, Senhor Vereador, gostaria que elucidasse sobre o sentido que o executivo deu a esta recomendação, isto é que medidas, passos e que avaliações e propostas, nomeadamente sobre a elaboração em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior de um plano específico que contemple, o levantamento dos dispositivos publicitários abandonados ou em mau estado de conservação, a aferição sobre a proliferação de publicidade e dispositivos não licenciados, a preparação de um plano de trabalhos de intimação ou remoção coerciva dos referidos dispositivos e a reflexão exigida sobre a necessidade de alterar e adaptar o regulamento camarário, datado de 1992, às necessidades de uma cidade moderna e simultaneamente cosmopolita e histórica. -----

----- Ficaremos a aguardar uma resposta que honre os regulamentos existentes que compre o desígnio da Dr.^a Maria José Nogueira Pinto e os princípios emanados pelo comissariado da Baixa-Chiado, de que V. Ex.^a fazia parte, e que também cumpra os objetivos plasmados no Plano de Pormenor de salvaguarda da Baixa Pombalina e, sobretudo, o enobrecimento e melhoria da estética visual e arquitetónica do nosso centro histórico, que é obrigação de todos mas muito mais de quem tem responsabilidades e compromissos assumidos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Relativamente à questão que me foi colocada sobre o plano de Repavimentação, gostava de dar nota como de facto disse, e bem, já apresentei na quinta comissão os critérios detalhadamente que levaram á escolha de cento e noventa e cinco intervenções nos arruamentos da cidade no âmbito do plano, e esse programa está a ser executado. -----

----- Naturalmente, com este plano tive a oportunidade de transmitir que era um plano que estava previsto para ser executado até 2017, num investimento de dezassete milhões de euros, e que não ia resolver todos os problemas da Cidade de Lisboa.

DRAFT

Qualquer das formas, era a primeira vez que tínhamos um plano com um cronograma bem definido, de cento e noventa e seis ruas, bem definidas e escolhidas de acordo com as Juntas de Freguesia e serviços. -----

----- Dar nota que também, este plano não incluí todas as intervenções. Não incluí as intervenções que estão previstas no âmbito da execução quer do Plano Geral de Drenagem, quer da execução de intervenções de coletores. Não é o caso, por exemplo, falou aqui na Rua das Pretas e na Rua do Telhal, está previsto, por exemplo, ser feita uma intervenção relacionada com a componente de saneamento e que, naturalmente, terá implicações na pavimentação. Também não incluem as componentes relacionadas com a requalificação de vias no âmbito, não só do projeto “Uma Praça Em Cada Bairro”, mas outras requalificações estruturais que já estão previstas serem feitas em toda a cidade. E também, não inclui as intervenções a serem feitas ao abrigo, por exemplo, de protocolos de competências que já foram feitas, por exemplo, com as Juntas de Freguesia ou a nível das intervenções previstas para as entidades como é o caso da Calçada da Ajuda, uma intervenção feita pela SRU.-----

----- Portanto, o Plano de Repavimentação as cento e noventa e cinco ruas, que já vão em cerca de duzentas, não reflete toda a intervenção que se pretende fazer ao longo deste mandato nos pavimentos da cidade.-----

----- Eu aponte as ruas que referiu e vou verificar qual é o seu nível de cidade, se de facto podem ser corrigidas com algumas intervenções no âmbito dos “Tapa Buracos”, que continuam a funcionar normalmente, como sempre o fizemos, e verificar se as suas patologias são assim tão graves que tenham de ser integradas no plano. Mas já temos um cronograma definido e gostaria de o respeitar sempre que possível. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Classificação da Baixa. Lisboa, e Portugal, aliás, não pode apresentar nenhuma proposta de classificação à UNESCO antes 2018, na medida que há um compromisso dos países que fazem parte da comissão que aprecia as candidaturas, durante o período do seu mandato, não podem apresentar candidaturas.-----

----- De qualquer modo está a ser preparada a candidatura de Lisboa, e digo Lisboa porque os limites não estão definidos.-----

----- Hoje a UNESCO tem uma nova figura que já não é a classificação do património nos termos em que foi feita, inicialmente, a candidatura para a Baixa Pombalina, mas sim a candidatura para paisagem protegida. E, portanto, tem havido contactos com os representantes da UNESCO no sentido de encontrar a melhor solução e, simultaneamente, estão a ser feitos estudos para a formulação desta candidatura.-----

----- Quanto à publicidade, é capaz de haver aqui um equívoco porque o que se passa é o seguinte: quando foi aprovada em Câmara, e depois em Assembleia, o Regulamento dos Estaleiros estava prevista a introdução de publicidade nas telas postas em edifícios, em fase de reabilitação, no sentido de que a Câmara não cobraria taxas e a receita da publicidade apensa nessas telas reverteria para fomentar e apoiar reabilitação. Depois da discussão em Câmara, e uma vez que está previsto vir a ser feito um Regulamento Geral de Publicidade para a Cidade de Lisboa, foi decidido que

nas telas aplicáveis em edifícios em fase de reabilitação urbana não deveria de haver expressamente publicidade. -----

----- Entretanto, o Vereador Duarte Cordeiro está a preparar um regulamento só para telas publicitárias a aplicar em fachadas e empenas de edifícios, e isso está a ser feito para ir à Câmara breve, aliás não é um regulamento, é um despacho. Isto sem prejuízo da revisão geral do Regulamento de Publicidade que tem de ser feito, mas que também, de alguma forma, se relaciona com todo o processo ligado à questão dos transportes públicos, porque se vier a ser, como esperamos, gerido pela Câmara, os transportes públicos, a receita da publicidade é uma receita importante para o financiamento dos transportes e, nessa altura, poderá ser aplicada expressamente, nos veículos em circulação, portanto, veículos de transporte, e não dispersa pela cidade. ---

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Estamos em Fevereiro de 2015, e em nosso ver pensamos que já se poderia estar a discutir o terceiro relatório da Reforma Administrativa que ditou a transferência de meios e competências para as Juntas de Freguesia, e que deveria estar concluído em dezembro do ano passado. -----

----- Até essa altura, como todos nós sabemos, transitaram da Câmara para as Juntas, mil duzentos e setenta trabalhadores, mil cento e vinte e um dos quadros do município e cento e quarenta e nove prestadores de serviço pelo que esperamos que o próximo relatório nos transmita se as pessoas que foram colocadas como ponto central dessa descentralização e dos serviços de proximidade, qual foi o grau de satisfação que houve, desses serviços, e o que melhorou na prestação dos serviços públicos.-----

----- Nada nos tem transmitido quanto à insegurança dos trabalhadores ao transitarem para as freguesias, quanto ao seu vínculo e enquadramento laboral. Pelo que pretendemos saber o ponto de situação pelo posicionamento vincado do BE, favorável à descentralização e competência da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia, de uma maior aproximação ao município e de segurança na transição desses trabalhadores. -----

----- Preocupa-nos saber dos níveis de aumento da precarização da relação de trabalho com o aumento exponencial das contratações de prestadores de serviço, e esse novo trabalho de escravo que constitui os estágios curriculares e profissionais, e os contratos de emprego e inserção, já basta ver esses pormenores abordados nesta Assembleia. -----

----- Perante o levantamento do sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, sobre o trabalho precário no universo do município, em vez de o enfrentar, o Senhor Presidente António Costa tenha rejeitado a situação e salientado mesmo que não há precaridade na Câmara de Lisboa. Mas a denúncia é clara, existem na Câmara entre trezentos a quatrocentos trabalhadores precários, maioritariamente na área da limpeza urbana, mas também em serviços como a habitação, o registo, o cadastro da rede de saneamento, a casa dos animais e a brigada dos calceteiros e julgados de paz. -----

DRAFT

----- O sindicato continua a afirmar que no caso das juntas, cuja fiscalização está vedada a esta Assembleia Municipal, que existem perto de trezentos funcionários com vínculo precário, entre os quais, cantoneiros, calceteiros, jardineiros, auxiliares de ação educativa. Este número pode ascender a quinhentos já que apenas noventa e três, dos trezentos trabalhadores, foram transferidos da Câmara para as Juntas de Freguesias de forma voluntária. -----

----- Concluo afirmando que a situação também se verifica nas Empresas Municipais, onde se contabilizam cem funcionários nestas condições, tendo assinalado que no caso da empresa que faz a gestão dos bairros municipais, a GEBALIS, houve jardineiros que perderam o seu posto de trabalho, e na Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, a EGEAC, existem estagiários que desenvolvem as mesmas funções que outros trabalhadores e só recebem subsídio de alimentação. ----

----- Perante esta situação, o Senhor Presidente, como de costume, “não se passa nada”, não há precaridade no município, vai finalmente resolver, concluída que está a fase de candidaturas para a admissão de cantoneiros de limpeza, em que se inscreveram cerca de seiscentos candidatos? E pôr fim a um novo trabalho escravo que são os contratos de emprego e inserção? Quantos trabalhadores serão admitidos, tendo em conta que o desmembramento da limpeza urbana a sua capacidade funcional cujo seu funcionamento era o resultado de uma gestão integrada e certificada, composta pela remoção, varredura e lavagem, etc.? Onde vai a Câmara integrar os trezentos e trinta trabalhadores que até agora trabalham no terreno conhecido como o “triângulo dourado”, na 24 de Julho, recentemente alienado? Que resposta vai dar a Câmara aos trabalhadores da DRMM que anunciaram através de resolução, aprovada em plenário, que denunciaram as condições de trabalho em toda a sua latitude em que laboravam?-----

----- Espero, agora, respostas concretas e objetivas às situações colocadas aqui, e agora, pelo BE. -----

----- Por último, e aproximando-se um ano sobre todo o processo de descentralização de competências e meios, estará na hora de fazermos um balanço sobre o caminho percorrido e o que foi feito bem, e o que é necessário corrigir em todo este processo. --

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Relativamente à apresentação do relatório, creio que se recordará que a apresentação do 2º relatório foi prolongada de forma a permitir a coincidência com o processo de transferência e, por isso, a tornar compatível no tempo, a apresentação deste 3º relatório está perfeitamente integrada dentro do calendário normal.-----

----- Agora, gostava de lhe responder à questão de fundo que coloca, que é a questão do trabalho, das condições de trabalho na Câmara Municipal, em particular no que respeita à questão da precaridade, e dizer-lhe que a história que o BE está a tentar fazer relativamente à Câmara Municipal de Lisboa não tem, verdadeiramente, “ponta por onde se lhe pegue”, porque o número de contratos de prestação de serviço existentes na Câmara Municipal de Lisboa é um número que resulta de duas realidades fundamentais; a primeira decorre dos contratos de prestação de serviços

DRAFT

para os órgãos de município e de apoio á atividade no município, sejam os grupos parlamentares da Assembleia Municipal, sejam os vereadores na Câmara Municipal, nos exatos termos aprovados por deliberação da Assembleia, o que significa que, se repararem, uma parte importante dos contratos de prestação de serviço têm de facto essa natureza de contrato de prestação de serviço, de prestação de apoio aos órgãos do município nos órgãos aprovados.-----

----- A segunda parte, o número dos contratos de prestadores de serviço decorrem no essencial, no Departamento de Higiene Urbana para os quais a Câmara já abriu concurso. E, por isso, onde vai proceder à integração dos trabalhadores que forem a concurso e conseguirem ganhar essas posições, e a nossa expectativa é que seja todos aqueles que estejam em condições, e os contratos de serviço foram feitos nos exatos termos da lei para suprir uma necessidade temporária, até os concursos estarem finalizados. Isto absorve a quase totalidade dos contratos de prestação de serviços que existe na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso, a história que o Senhor Deputado está a querer fazer, já tinha o BE tentado fazer a propósito dos contratos de emprego e inserção, e que agora faz em relação aos contratos de prestação de serviço, é que não faz rigorosamente, sentido nenhum. A Câmara Municipal não tem trabalhadores precários no sentido do uso indevido da figura de prestação de serviços, para suprir necessidades permanentes, não o faz. -----

----- Na situação que hoje temos de cerca de cento e cinquenta trabalhadores de limpeza, gostava de lembrar os seguintes; estão abertos concursos, e candidataram-se a esses concursos mais de mil e quatrocentas pessoas. Quando esses concursos forem fechados ao longo do ano de 2015, naturalmente que essas prestações de serviço desaparecem. Eu só espero, aliás, depois não ouvir o Senhor deputado vir aqui dizer “ai a Câmara, que maus, que agora acabaram com os contratos de prestação de serviços”. Pois é, acabaremos na altura quando esses trabalhadores forem integrados no quadro e suprir necessidades permanentes. -----

----- Gostava também de lembrar que esta é uma política relativamente à estabilidade laboral na Câmara municipal de Lisboa, não é de agora, vem de trás. A Câmara Municipal de Lisboa procedeu ao que será a maior regularização de trabalho precário que existia em instituições da administração pública portuguesa. Talvez a segunda maior, a seguir ao processo de regularização de 1996. Mas há integração nos seus quadros através da fórmula inovadora do Tribunal Arbitral de cerca de oitocentos trabalhadores.-----

----- Por isso, a política de recursos humanos nesta Câmara, à época, de situação claramente tidas como irregulares, não é o caso das atuais. As atuais são perfeitamente, regulares e justificadas. E mesmo os contratos de emprego e inserção que se inserem no âmbito de política social, e não de suprir necessidades certas e permanentes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos da Silva Santos (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

DRAFT

----- “O PCP encara esta sessão de perguntas à Câmara num quadro normal de papel de funções de fiscalização e, por isso, naturalmente espera as respostas diretas e objetivas. -----

----- Primeiro tema, que já foi aqui levantado, mas nós queremos acentuar a parte final da pergunta. -----

----- Com o passar do tempo, o Pavilhão Carlos Lopes continua ao abandono em avançado estado de degradação. Variados e erráticos destinos têm sido avançados e de seguida, inviabilizados. -----

----- Assim, pergunta-se, qual é o projeto, ou destino, pensado para este valioso património? Quando voltará a estar ao serviço do desporto e da cultura, na cidade?-----

----- Segunda pergunta. Aprovamos aqui na Assembleia Municipal, em junho de 2014, por unanimidade, a atribuição do músico João Ribas ao Jardim dos Coruchéus, em Alvalade. Pergunto, qual a razão da demora da efetivação da atribuição oficial? E em que data se prevê a sua concretização?-----

----- Terceira pergunta. Para quando está prevista a remoção da cobertura de amianto do edifício camarário cedido à Associação de Reformados do bairro da Boavista, em Benfica? E, naturalmente, a confirmação de que tal será feito de acordo com as regras técnico científicas de proteção dos operadores e das populações. -----

----- Quarta pergunta. A saúde na cidade continua mal. O que pretende fazer, ou já fez, o executivo junto do poder central da ARS Lisboa e Vale do Tejo, para reivindicar, enfim, eventualmente, protestar se isso não vos incomodar muito, e protestar contra a fraca cobertura dos lisboetas por médico e enfermeiro de família? Só no ACES Norte, inclui Benfica, existem sessenta mil utentes no ativo sem médico de família, segundo informações da própria Presidente do Executivo. -----

----- Última pergunta deste grupo. Para quando está prevista a reversão da degradação dos equipamentos do Parque da Belavista Sul, parque infantil, parque de jogos, parque de merendas e vedação do lago artificial?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Eu queria responder à pergunta que me cabe, e que foi colocada pelo Partido Comunista Português, em relação à remoção da cobertura de amianto do espaço cedido à Associação de Reformados do Bairro da Boavista. Este espaço é o triângulo onde será construído o quarteirão piloto daquela que será a nova fase de habitação de substituição das alvenarias do bairro da Boavista. E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer com a Associação de Reformados é encontrar um sítio alternativo à Associação de Reformados, já que o mais cedo possível será demolido aquele equipamento que, de facto, é precário, para que se dê início à construção daquilo que já está previsto e com projeto pronto, da primeira fase idêntica aquilo que é o quarteirão piloto do Bairro padre Cruz, mas o quarteirão piloto no Bairro da Boavista para realojamento e substituição das alvenarias. O que nós estamos a tentar encontrar é uma alternativa ao espaço que hoje a Associação de Reformados está a utilizar. -----

----- Portanto, não é uma questão de substituir a cobertura, é encontrarmos um espaço alternativo porque aquele espaço, aliás já estava conversado com a associação, irá ser demolido para dar lugar ao primeiro quarteirão do Bairro da Boavista.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação à questão levantada em relação á atribuição do nome João Ribas ao Jardim dos Coruchéus, queria dizer que nos termos da nova postura municipal toponímia, recentemente aprovada nesta Assembleia, a competência para atribuição de nomes pertence à Câmara Municipal depois de parecer positivo da Comissão Municipal de Toponímia. Portanto, as recomendações e deliberações da assembleia Municipal foram enviadas para o Núcleo de Toponímia da Câmara, já têm um número de processo, mas há um outro elemento desta postura que diz que os pedidos de atribuição de topónimo só são apreciados decorridos cinco anos da morte da pessoa em causa. Ora, como o João Ribas só faleceu o ano passado, neste momento, esse pedido, não está em condições de ser apreciado. E isso acontece com todos os topónimos com raríssimas exceções como a do Eusébio, porque o Eusébio é uma personalidade que é unanime no nosso país, independentemente do respeito e reconhecimento que devemos ao João Ribas, não tem a mesma relevância que tem o Eusébio, portanto, a norma é os pedidos só serem apreciados ao fim de cinco anos. Haverá exceções mas elas serão muito poucas. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “É só para informar que, quer o parque infantil, quer a vedação do lago, quer o grelhador partido do parque das merendas, os mesmos irão ser reparados no âmbito do acordo quadro, no ano 2015.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Ao abrigo do artigo 42º, do regimento, o Grupo Municipal do PS, no âmbito das perguntas à Câmara, formularei quatro perguntas no âmbito do desporto, cultura, economia e inovação. -----

----- Desporto, piscinas municipais.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem prosseguido uma louvável política de modernização na recuperação das piscinas municipais, designadamente dos Olivais, do Areeiro e do Campo Grande, encerradas durante muito tempo e, através do concurso público, foram concessionadas a empresas especializadas na sua gestão. -----

----- Terminadas as obras da Piscina do Areeiro, e dos Olivais, constata-se que aparentemente não existe preço de utilização das piscinas para os respetivos fregueses, de acordo com o preçário publicado e distribuído ao público. -----

----- Gostaríamos de solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que informasse esta Assembleia se foi considerada a possibilidade de manter preços especiais para fregueses de proximidade e em que condições e de que forma, estes poderão ter acesso a essa informação e beneficiar dela? -----

----- Desporto, Olissipiadas.-----

DRAFT

----- Saudamos a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de implementar o regresso, após cerca de dez anos de interrupção dos jogos da cidade, com mascote, hino, e tudo, o quais são importantes não só para a promoção e divulgação da prática desportiva, atividade física das crianças e jovens, dos seis ao catorze anos, como também para fomentar valores educativos e sociais, e hábitos de convivência e vida saudável e ao mesmo tempo criar uma ligação mais forte dos jovens fregueses às suas renovadas freguesias nascidas com a Reforma Administrativa da Cidade, e dar novo alento às Associações Recreativas e Desportivas nos bairros.-----

----- Terminada a fase de inscrição que decorreu de outubro a janeiro, gostaríamos que a Câmara Municipal nos desse um balanço da implementação, da adesão dos participantes, das dificuldades e formas de as ultrapassar, das modalidades mais procuradas e, se possível, as percentagens das idades dos participantes e o número total de futuros participantes.-----

----- Cultura, Museu de Lisboa.-----

----- “Foi lançado no fim de janeiro, o Novo Museu de Lisboa e que se desenvolve em cinco núcleos; Palácio Pimenta, Museu de Santo António, Museu do Teatro Romano, Casa dos Bicos e Torreão Poente do Terreiro do Paço.-----

----- A informação pública é escassa e ainda não tem *site* na *internet*. Seria, pois, interessante que nos fosse fornecida uma abordagem forçosamente sintética do projeto, designadamente; maior definição do conceito, designadamente, se pode alargar o seu âmbito ao século XIX-XX, ou a outros polos museológicos como o Museu do Fado, ou os roteiros patrimoniais como as Murallas de Lisboa? Como será feita a divulgação da visita e do conceito? E se o bilhete será único e se pode ser utilizado em dias diferentes, e incluirá, também, o transporte?-----

----- Economia e Inovação, *Startup's* em Lisboa.-----

----- Celebrou-se no passado dia dois de fevereiro, o terceiro aniversário, que saudamos, da criação da primeira *startup* de Lisboa, projeto verdadeiramente, inovador que tem vindo a receber vários prémios, o último dos quais atribuiu à cidade o título de Região Empreendedora 2015, concedido pelo Comité das Regiões.-----

----- Lisboa será, em 2015, capital europeia do empreendedorismo de cujo programa consta, desde já, um terceiro espaço *startup*, a abrir em abril, e a inauguração de uma incubadora criativa da Mouraria, em maio. São projetos especialmente importantes numa altura em que a economia está em crise e é preciso dar apoio para que os jovens possam ter o mínimo de condições para criarem a sua própria ideia de negócios e criar valor para a cidade e para o país, o que só a avaliar pela multiplicação dos espaços dedicados indicia o sucesso da iniciativa.-----

----- Passados estes três anos, terá certamente a Câmara Municipal de Lisboa realizado uma avaliação do projeto cuja massa crítica é já consistente e gostaríamos, portanto, que partilhasse connosco essa informação, designadamente; qual o valor investido pela Câmara Municipal de Lisboa e pelos parceiros? Qual o valor acrescentado que já gerou? Quantos postos de trabalho criou? E quantas empresas iniciaram e prosseguiram a sua atividade depois desta experiência?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu: -----
----- “Começando com a questão das piscinas que irão ser, brevemente, inauguradas, aliás uma já no próximo fim-de-semana, dar-lhe nota que a pergunta que coloca é afirmativa, de facto, estão salvaguardadas a aplicação dos preçários municipais aplicáveis no Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas do Município que está previsto no caderno de encargos e, naturalmente, para operações e atividades semelhantes que são praticados pelo município. -----
----- Também lhe posso dizer que essa tabela vai constar o preçário à entrada, tal como ficou já combinado com as entidades que estão a gerir a concessão. -----
----- Posso-lhe, também, dizer que os preços praticados por estas concessionárias são claramente, muito competitivos e, por exemplo, para quem tenha uma recorrência de fluência de três vezes por semana, mais vale comprar o pacote que eles oferecem porque, de facto, o preço para as tabelas municipais é comparável. -----
----- Para iniciativas muito pontuais, a frequência de uma vez por semana, já vale a pena aplicar o preçário da tabela municipal. E estamos a falar no caso da Piscina do Areeiro que tem preços muito vantajosos e provavelmente, poucas serão as pessoas que irão utilizar o modelo das taxas municipais, apenas nos casos que serão frequências muito pontuais. -----
----- Posso dar nota que na Piscina dos Olivais, a informação que tenho é que já estão com um nível de contratos que corresponde quase a 70% da capacidade máxima instalada. A procura é de facto grande, as instalações são muito boas e os preços muito competitivos.-----
----- Quanto às Olissipiadas, as mesmas estão a correr bem. De facto, nós tivemos pedidos das Juntas de Freguesia para prolongar por mais uns dias as inscrições. Neste momento, os números apontam para cerca de quatro mil inscrições, o que é muito bom para um primeiro ano. Neste momento, já estão confirmadas mais três mil e quinhentas, portanto, há muitas inscrições em paralelo para carregar na plataforma. ---
----- Destas inscrições, 70% são crianças que não estavam federadas, isto é, estão a trazer crianças para a prática desportiva. -----
----- Criámos, também, esta imagem do “Kiko”, que está a trabalhar com todas as associações e com escolas e portanto, estamos a divulgar a prática de um estilo saudável mesmo por aqueles que não se inscrevem.-----
----- É muito bom e gratificante para mim verificar que a imagem das Olissipiadas aparece na natação, nos eventos de rãguebi, nos eventos de ténis de mesa, de atletismo, e portanto, estamos a espalhar uma mensagem na cidade das Olissipiadas.---
----- Quero também, agradecer às Juntas de Freguesia que se mobilizaram para nos ajudar neste efeito. De facto, é o primeiro ano e julgo que vamos ter claramente, a final que desejaríamos, muito acima dois números apresentados para a fase final de dois mil e quinhentas crianças.-----
----- Já temos autarquias vizinhas a quererem participar em futuras edições, e acho que este é um conceito que veio para continuar. -----
----- Para o ano temos jogos olímpicos e, claramente, as Olissipiadas irá ser um tema que estará em cima da mesa. -----

DRAFT

----- Dar nota, também, que para além do movimento que estamos a mobilizar junto das crianças, mais importante para mim é que com este fenómeno conseguimos aproximar as associações desportivas e as federações do município, estamos a trabalhar tecnicamente em projetos conjuntos, e com as Juntas de Freguesia, e estamos a criar uma forma colaborativa de criar uma política municipal de desporto, e está a valer a pena, e estou muito entusiasmado com os resultados que estamos a ter.” -

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “De facto, a Startup de Lisboa fez três anos a semana passada. E na semana passada, dia em que celebramos três anos, convidamos todas as empresas e todos os projetos e, ou que quiseram ocupar os Paços do Concelho, algumas imagens foram já divulgadas, foi um dia particularmente, divertido e interessante nos Paços do Concelho. Acho que pela primeira vez a sede do governo da cidade deixou de ter os gabinetes ocupados com os Vereadores, o meu próprio gabinete foi ocupado por um *robot* fiz questão aliás, que assim fosse. E, portanto, foi um dia em que celebramos estes três anos, como referiu.-----

----- Ao longo destes três anos a Startup de Lisboa que foi o primeiro espaço de incubação na cidade. É um projeto que resultou do Orçamento Participativo, tem essa origem histórica, resulta da parceria entre a Câmara, o Montepio e o IAPMEI, portanto, o prédio é um prédio do Montepio, o projeto original do Orçamento Participativo tinha o valor de um milhão de euros, portanto, toda a verba que foi proposta no Orçamento Participativo tem sido alocada ao desenvolvimento de atividades e ao funcionamento da própria incubadora, portanto, não foi utilizada na reabilitação do edifício, aliás, este ano vamos fazer transferência de meios, uma parte da verba que ainda não foi integralmente transferida.-----

----- Ao longo deste tempo, a Startup já criou mais de duzentas empresas, e criou cerca de seiscentos postos de trabalho. -----

----- Este ano vamos abrir um terceiro edifício, agora com a Caixa Geral de Depósitos que, entretanto, no primeiro ano, aliás, o Senhor Presidente desafiou os bancos a quererem-se associar, apenas o Montepio disse “presente”. Hoje em dia, todos os bancos querem ser parceiros da Startup de Lisboa que julgo ser um bom sinal, e ao longo dos anos temos conseguido que as empresas que por lá passam se internacionalizem, saiam da Startup, em menos de seis meses, estas empresas já têm escritórios próprios, já abriram as suas sedes em Lisboa e já têm filiais noutras cidades como Londres ou Madrid. -----

----- Portanto, o balanço que fazemos é manifestamente positivo, não tendo utilizado muitos recursos públicos para o fazer, tendo tido sempre ao longo destes três anos, a capacidade, julgo eu, de, com poucos recursos alocados, desenvolver empresas, criar postos de trabalho e de alguma maneira, evitar que algumas pessoas que saem das universidades emigrem, pelo contrário, aqui encontram condições para ficar, para abrir o seu negócio. Portanto, Lisboa, este ano, continuará este caminho, e temos a responsabilidade acrescida de ser Lisboa Cidade Empreendedora 2015. Portanto, este ano a programação que foi anunciada a semana passada, inclui um conjunto de novos projetos que estarão sempre disponíveis, *online*, para todas as pessoas consultarem. ----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação ao Museu de Lisboa, eu queria então esclarecer que aquilo que se passou no passado dia trinta e um de janeiro, foi de certa forma, o culminar da primeira etapa da renovação deste museu tão importante para a cidade de Lisboa e que era o antigo museu da cidade e que agora se passou a chamar de Museu de Lisboa, e que viu clarificado, também, o seu conceito e a sua missão para o futuro.-----

----- Na verdade, o Museu está concebido como o museu no território, disseminado no território, com vários núcleos. Portanto, a história de Lisboa conta-se não apenas no Palácio Pimenta, que é no Campo Grande, um palácio que sempre foi conhecido como o Museu da Cidade, onde está uma exposição permanente, mas também através dos seus outros núcleos; o Museu de santo António, que era o antigo Museu Antoniano que foi reabilitado e renovado e que antes só tinha uma pequena sala e que agora, foi alargado o seu espaço o qual foi reinaugurado em julho do ano passado, o Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos que também reinauguramos o ano passado no piso térreo, portanto, é uma espécie de museu de sítio. Na verdade, o que é há uma reabilitação de sítio, da ruína, dos vestígios romanos que existem naquele edifício e depois uma pequena exposição daquilo que foi a casa ao longo dos séculos, quer na época romana, na época medieval e depois, também, no século XV e XVI em que foi um importante interposto comercial.-----

----- Em obra está, também o Museu do Teatro Romano que é também um espaço onde se pode contar a história e também, inauguramos um novo espaço, já em 2013, o Torreão Poente do Terreiro do Paço, que é um espaço destinado a albergar exposições temporárias dedicadas à história de Lisboa, nas suas mais diversas facetas. A primeira exposição que fizemos foi no verão de 2014, uma exposição de Lisboa no tempo dos refugiados, no tempo da guerra. Foi uma exposição intitulada “Maresias”, que muitos membros da comissão visitaram sobre a relação de Lisboa com a sua frente ribeirinha desde os meados do século XIX, até ao presente. Por ocasião dessa exposição também se realizaram uma série de tertúlias ligadas a este tema, por exemplo, sobre a literatura e o imaginário literário do Tejo na literatura portuguesa, sobre os vários projetos que têm a ver com a Frente Ribeirinha, reabilitação do Cais do Sodré, Ribeira das Naus, o que está previsto para o Campo das Cebolas, ouve uma conversa com os proprietários dos bares do Cais do Sodré, ouve uma outra conversa com os fabricantes, os poucos que ainda existem, de embarcações tradicionais, portanto, este ciclo de conferências também espelhou muito bem aquilo que hoje se pensa que deve ser um museu de cidade. A cidade deve, não só contar a história do passado mas interagir com o presente e projetar o futuro. E, nesse sentido, eu acho que essas tertúlias realizadas espelham muito bem essa nova ambição deste museu.-----

----- É um museu que não está fechado. No futuro poderá vir a acolher outros núcleos também dependente da capacidade que nós tenhamos, sobretudo, em termos de gestão em albergar outros núcleos. Por exemplo, há um que nos parece evidente que é o das Galerias Romanas, ali na Rua da Conceição, normalmente só são abertas duas vezes por ano, ao público, e que nós gostaríamos de transformar em visitas permanentes.-----

DRAFT

----- Quanto à bilhética, o que está previsto é que haja, de facto, uma bilhética conjunta, sendo que cada um dos núcleos poderá ser visitado autonomamente, mas está prevista a criação dessa bilhética conjunta mas que, ainda, não está operacional. Bem como o *site*, o *site* tem apenas uma página com um novo *logo*, mas ainda não houve tempo de fazer tudo.-----

----- Por outro lado, há ainda trabalhos de requalificação, quer do Palácio Pimenta, quer do Torreão Poente que serão a próxima fase de desenvolvimento deste projeto. E claro, será sempre um espaço aberto que acolherá novos núcleos. Terá também uma componente muito grande de itinerários pela cidade. Vários sítios, como aqui foi referido, aliás, o curso pedonal da Cerca Velha já faz parte do Museu de Lisboa na medida em que é um percurso que está articulado com o Centro Arqueológico da Casa dos Bicos, portanto, este é um modelo de museu que é aberto nas suas várias propostas, nos seus vários núcleos permanentes, nos seus itinerários e também, no seu crescimento para outros espaços da cidade.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos a primeira ronda. Vamos, agora, entrar na segunda ronda.-----

----- A Mesa informa que o tempo da Câmara quando se esgotar, neste momento faltam dois minutos e quarenta segundos para se esgotar, será reforçado com os tempos dos grupos que não usaram da palavra nesta sessão, ou seja, com os tempos dos Senhores Deputados Independentes, do PNP e do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Tem-se verificado a presença permanentemente de trabalhos e escavações junto ao edifício da Cordoaria Nacional, em local onde se estreita a Avenida da Índia, com encharcamentos constantes da via pública e correspondente dificuldades de trânsito.---

----- Sabendo que por esse local passam caudais freáticos importantes, correspondentes à drenagem para o Rio Tejo das correntias provenientes do leito do Rio Seco, pergunta-se; o que é que se passa exatamente, na zona que determina a inconstância desse tipo de trabalhos no local? Os problemas que se pretende corrigir com tais trabalhos, põe de alguma forma, em perigo ou em risco, o edifício da Cordoaria? Continua a estar prevista a transferência para esse edifício do espólio do Museu Arqueológico Nacional, hoje ocupando uma parte do Mosteiro dos Jerónimos?

----- Pedindo escusa por o tema seguinte não ter sido específico nas intenções sobre a forma de perguntas do Grupo Municipal do PSD, mas foi assunto importante, chamado de página inteira em jornal de referência de Lisboa, hoje publicado, sob o título “Entre Outros”, que a Câmara entregará a privados espaços em Monsanto, pergunta-se; É verdade que o Palácio das Pimenteiras, com dez quartos e recepção, bar e ainda mais trinta e seis quartos, sem construções vizinhas, e mais ainda em chamados “*Bungalows*”, tudo a paredes meias com os viveiros camarários que existem no local, com vedação da área envolvente o que configura a privatização de um espaço público de interesse relevante, sendo a demais pouco evidente que o

projeto deverá determinar novas impermeabilizações. O que esta Assembleia já verberou e proibiu nas sucessivas recomendações de tolerância zero, a pergunta é a seguinte; aceita a Câmara, ou não, o conteúdo dessas recomendações. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu: -----

----- “A Mesa recorda o que diz o Regimento no seu artigo 43º; “os temas das perguntas devem ser entregues à Mesa com a antecedência de oito dias devendo ser, de imediato, remetidos à Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Deputado apresentou uma questão que não foi previamente, remetida. A Senhora Deputada Margarida Saavedra, fez o mesmo. A Câmara poderá responder, ou não, é como entender. Mas a Mesa pede para cumprirmos o Regimento para não estarmos aqui a abrir sistemáticas alterações ao Regimento, pois não é esse o entendimento que a Mesa tem dos nossos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Só para dizer que as obras que estão a ser executadas junto à Cordoaria são da responsabilidade da SIMTEJO, que é a empresa responsável pelo saneamento de Lisboa e que está a executar parte das obras que se integram no Plano de Drenagem da cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Nesta segunda ronda, “Os Verdes” têm mais três temas. O primeiro é sobre o Orçamento Participativo. -----

----- Lisboa terá sido das primeiras capitais a implementar o Orçamento Participativo, com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia com os seus municípios, inspirado nos valores da Democracia Participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa. Esta figura, que teve a sua 1ª edição em 2008, confere um aparente poder de decisão aos cidadãos para apresentar propostas para a sua cidade e votar nos projetos que considerem prioritários.-----

----- Os projetos mais votados, até um valor equivalente a 5% do Orçamento de Investimento (que tem sido de cinco milhões de euros), são depois integrados na proposta de Orçamento e Plano de Atividades do Município do ano seguinte. No entanto, quando consultamos o ‘Ponto de situação’ disponível no sítio Web da autarquia, os cidadãos rapidamente constataam o atraso na implementação de alguns dos projetos vencedores. Ou seja, estes projetos vencedores continuam por ser executados.-----

----- Perante esta constatação, o Grupo Municipal de “Os Verdes” solicita informação mais objetiva sobre; qual o motivo, ou motivos, para os atrasos na implementação de alguns dos projetos vencedores do Orçamento Participativo? Para quando a sua execução? Não reconhece o executivo que o seu adiamento e a sua não execução defraudam as justas expectativas dos municípios?-----

----- Segundo tema, orçamento Participativo de 2010-2011.-----

DRAFT

----- Uma das iniciativas que parece estar sendo subvertida no Orçamento Participativo é a do projeto que em 5/11/2010 foi anunciado pela CML como o mais votado no Orçamento Participativo de 2010-2011: a construção de um campo de rugby municipal no Parque Urbano Sul da Alta de Lisboa. O projeto ficara com uma verba de 900 mil euros que estaria destinada à sua edificação. No entanto, por motivos alheios aos residentes nesses bairros da zona norte de Lisboa, o projeto acabaria sendo desviado para o Complexo Desportivo de São João de Brito.-----

----- Esta mudança de localização não caiu nada bem junto dos residentes da Alta de Lisboa, que já vinham reclamando um maior investimento em equipamentos desportivos e culturais, e para quem se trata de uma clara violação das expectativas criadas. É que a sua localização na Alta de Lisboa pretendia minorar as grandes desigualdades sociais ali sentidas, e apoiar, nomeadamente as famílias de largas dezenas de crianças e jovens, muitas delas pertencentes às classes mais desfavorecidas.-----

----- Perante este contexto, o Grupo Municipal de “Os Verdes” solicita uma clarificação objetiva e concreta sobre; se a CML reconhece que, estando a desistir da construção do campo de rugby, não estará também a desistir de uma forte componente de integração social para os jovens da Alta de Lisboa? Vai o executivo instigar a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa (SGAL) para que, no mais curto prazo, edifique os equipamentos culturais e desportivos com que se comprometeu no já famoso ‘Contrato Inominado’? Finalmente, como pondera a CML melhorar a oferta de equipamentos desportivos na cidade e, em particular, nas freguesias limítrofes do norte de Lisboa?-----

----- Terceiro tema, ruído na 2ª circular e no eixo radial de Benfica.-----

----- A Freguesia de Benfica debate-se, desde há muitos anos, com graves e persistentes problemas a nível da poluição sonora, causado, essencialmente, pelos grandes eixos estruturantes de transportes, a saber, a 2ª Circular e a radial de Benfica. O excesso de ruído, vivenciado nesta freguesia, causa problemas a nível de saúde pública e na vida dos munícipes que aí residem.-----

----- Iguamente, está por materializar a intenção anunciada pela CML no mandato anterior e refletido no PDM da cidade, do desafio da autoestrada urbana da 2ª Circular poder vir a ser transformada numa avenida urbana, por exemplo, com a introdução de barreiras à velocidade, passeios ao longo da estrada, "corredor verde", etc., de modo a fazer desaparecer a barreira arquitetónica que aquela via rápida representa, separando as populações que residem na sua área envolvente.-----

----- Assim, face ao exposto, o Grupo Municipal do PEV pretende ser informado sobre; quais as medidas a implementar pela CML até final do mandato, no sentido de minimizar os impactes ambientais do ruído gerado pelo tráfego de veículos nas zonas residenciais em apreço? Quais as medidas tomadas e a implementar de facto para transformar a 2ª Circular numa avenida urbana? Existe alguma calendarização prevista para a obra?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu:-----

DRAFT

----- “Em relação à 2ª circular e ao ruído, para além daquilo que já hoje foi referido em relação à chamada “Ponte da Galp”, que já está aberta ao público e que, no fundo, vem ao encontro daquilo que o Senhor Deputado referia, de unir as duas margens. -----

----- Em relação ao ruído, o plano do ruído que em breve será levado à reunião de Câmara, estão previstas diversas situações, nomeadamente a colocação de barreiras acústicas junto da zona da Fonte Nova e outro tipo de intervenções que constituem a segunda fase de implementação das medidas previstas no Plano de Ação do Ruído. Este plano, em breve, irá ser levado á reunião de Câmara, e à Assembleia Municipal, e podemos discutir as várias medidas que estão propostas no plano que inclui, além destas que eu referi, também, em algumas zonas, mudanças do piso, etc. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação aos campos de rãguebi na Alta de Lisboa, a única coisa que quero referir é que há uma listagem de equipamentos que estão previstos serem realizados no âmbito do plano, no contrato elaborado entre o Município de Lisboa e a Segal, e que essa programação é definida em função das prioridades, e a prioridade até este momento não foi a da construção deste campo, mas sim a da execução de outros equipamentos que se consideraram prioritários. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação ao Orçamento Participativo, como já tenho referido inúmeras vezes, há uns projetos que se atrasam por razões que são publicamente reconhecidas e que são, aliás discutidas com os participantes. É verdade, que o atraso permite, em alguns casos, que as pessoas vejam defraudadas as expectativas que tinham, mas também é verdade, Senhor Deputado, que os atrasos nos permite ter uma atitude bastante pedagógica e informativa com as pessoas para que também, os cidadãos percebam como é que são feitos determinados projetos e são levadas a cabo determinadas empreitadas. Costumo dar como exemplo o Canil/Gatil que teve várias vicissitudes ao longo do tempo, desde ter sido parado por falências de empreiteiros até ter sido parado pelo próprio Tribunal de Contas, que me permitiu desenvolver ao longo do tempo, a mim e ao Senhor Vereador Sá Fernandes, em ir fazer reuniões regulares com as pessoas, precisamente para informar como é que se faz uma empreitada numa entidade pública, quais são as regras a que estamos sujeitos e porque é que às vezes as coisas demoram tanto mais tempo do que aquilo que nós próprios, entidades públicas, gostaríamos. -----

----- É verdade que em alguns casos isto defrauda a expectativa das pessoas mas, também, nos permite ter esta atitude com as pessoas que é também um dos objetivos do Orçamento Participativo. Uma maior transparência para as pessoas perceberem como é que os processos públicos e as empreitadas se desenrolam, quais são as dificuldades e onde é que, às vezes, as coisas param, e isso não deixa de ser um lado positivo do Orçamento Participativo. -----

----- Quanto ao campo de rãguebi, eu peço ao Senhor Vereador Jorge Máximo que dê a informação sobre essa matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Só dar nota que, de facto, este projeto do campo de rãguebi municipal está em concretização. Foi aqui aprovado na Assembleia Municipal, já há cerca de um ano, o contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia para a execução deste projeto, projeto este que tem um clube envolvido, é verdade, o Clube de Rãguebi de S. Miguel, o qual se mobilizou nessa candidatura, eu recorde-me que foi, inclusive a Direção do Clube de Rãguebi de S. Miguel que foi receber o prémio à Câmara Municipal, relativa à entrega do Orçamento Participativo, de terem vencido o prémio, e portanto, eu não sei quem votou, o voto é secreto, é uma das maravilhas do voto.-----

----- O importante é que o campo está concretizado, vamos ter um grande campo municipal, e o rãguebi é uma modalidade que está a crescer muito fortemente na Cidade de Lisboa.-----

----- Também dar nota que na Alta de Lisboa, a Câmara Municipal tem um programa de rãguebi no âmbito do projeto “Desporto Mexe Comigo”, onde mobilizamos muita gente para a prática da modalidade e vamos continuar a mobilizar nesse âmbito.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Nesta segunda ronda de questões ao Executivo Camarário, o CDS coloca três questões, duas perguntas novas e uma terceira que é repetente mas que, até ao momento, ainda não obtivemos qualquer resposta.-----

----- A primeira questão prende-se com a aplicação e o cumprimento da nova regulamentação relativa à ZER. Ora, a Câmara Municipal acaba de interditar um amplo espaço da cidade à circulação de viaturas anteriores a 96 e 2000, para desta forma, reduzir a poluição ambiental.-----

----- Sendo do conhecimento geral que a Polícia Municipal não tem efetivos suficientes para controlar tamanho território que a compra de um sistema de leitura automática de matrículas, foi abandonado, queremos saber como é que a Câmara pensa fazer cumprir a lei?-----

----- Senhor Vereador, antes da fiscalização era imperiosos que a Câmara tivesse iniciado este processo com uma campanha de informação e sensibilização.-----

----- Como podemos constatar a terceira fase foi inaugurada sim, com uma caça à multa. Mas na última semana, e segundo o relato de vários munícipes e da própria comunicação social, esta ação d fiscalização esfumou-se. A pergunta que se impõe agora é será que a Câmara Municipal percebeu, finalmente, que é necessário uma ação de sensibilização? Se sim, quais são as ações planeadas para este efeito? Ou será que estão a deixar passar este período inicial de contestação para regressar á ação da caça à multa? -----

----- A nossa segunda questão leva-nos ao Plano de Valorização do Património que para além dos nobres objetivos que todos conhecemos e que apresenta programas conceptualmente, interessantes para a cidade, como por exemplo; “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, existem também outros programas que estando referidos no plano, nos

parecem estar estagnados, tais como; “A Venda Faseada dos Moradores”, “Reabilita a renda e Devolve”, e o “Arrendamento Estudante”. -----

----- Assim, gostaríamos que a Senhora Vereadora Paula Marques fizesse um ponto de situação sobre os referidos programas. -----

----- Por último, e já várias vezes perguntado, hoje insistimos e persistimos saber onde está o inventário da Câmara Municipal. Não se trata de um capricho, ou de uma mera curiosidade, mas sim do cumprimento da lei. Quem o afirma é, obviamente o legislador que na alínea j), do artigo 35º, da Lei 75/2013, de doze de setembro, indica que as competências do Presidente da Câmara Municipal são; submeter a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação. E ainda os documentos de prestação de contas para apreciação da câmara Municipal e a votação da Assembleia Municipal, com exceção da norma de controlo interno. -----

----- Senhor Presidente, é de esperar que anos após ter tomado posse, é mais do que tempo de nos dar a conhecer o atual inventário do património da Câmara Municipal. Será que é na Assembleia Ordinária de abril, deste ano, que vamos ter conhecimento deste mesmo inventário?-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Já na última reunião tivemos oportunidade de explicitar os motivos que nos levaram a prosseguir esta terceira fase da introdução da zona de emissões reduzidas. Recordo que Portugal está obrigado a cumprir normas ambientais.-----

----- Portugal já foi condenado pelo incumprimento destas normas ambientais numa multa de 1900 mil euros, acrescida de 600 euros de multa diária até ao cumprimento das normas ambientais. -----

----- Esta decisão já foi tomada e de uma forma gradual. Visa não a renovação do parque automóvel, mas visa que só possam circular as viaturas que cumpram a norma Euro 3. Nós sabemos que todas as viaturas posteriores a 2000 cumprem de fábrica as normas Euro 3 e só nesse sentido se diz que podem circular viaturas posteriores a 2000, mas 2000 não é propriamente um número mágico. Todas as viaturas anteriores a 2000 que possam cumprir as normas Euro 3 também podem circular. -----

----- Já sabemos e já foi verificado no documento único automóvel de algumas viaturas produzidas antes de 2000 que algumas marcas e modelos já produziam viaturas cumprindo as normas Euro 3.-----

----- Sabemos também que, relativamente às viaturas pesadas, o organismo que tutela os transportes terrestres já homologou equipamentos que adaptam viaturas anteriores a 2000 para garantir que não têm emissões que excedam os limites Euro 3. Esses equipamentos custam cerca de 200 euros. -----

----- Relativamente às viaturas ligeiras, já há aparelhos homologados mas sem que o IMTT tenha homologado os seus resultados. Contudo, nós temos aceite que as viaturas possam circular desde que acompanhadas da declaração do IMTT e a declaração do fabricante, de que apesar de não estar homologado cumprem as normas de emissões. -----

DRAFT

----- Eu não percebi bem qual é o ponto que angustia a Senhora Deputada Municipal, é se temos uma política de caça à multa ou se temos uma política de não caça à multa, não percebi qual é a crítica, ou se depende da atitude que tomarmos. Se a polícia estiver na rua a fiscalizar, presumo que critique porque há política de caça à multa. Se a polícia tem uma atitude mais pedagógica ou opta por fazer uma fiscalização não sistemática mas por amostragem, aí a crítica da Senhora Deputada Municipal é que não estamos a ser suficientemente consequentes na repressão da violação das normas Euro 3.-----

----- Eu creio que é claro para todos que sendo um objetivo de qualidade ambiental, devemos ter uma aproximação tão pedagógica quanto possível, sendo que na pedagogia como na escola, como na família, há sempre momentos em que eu diria que o castigo é um elemento pedagógico necessário e deve ser utilizado na estrita medida em que seja necessário para a correta adaptação do comportamento, ou seja, o respeito pelas normas Euro 3.-----

----- É esta indicação que transmitimos à Polícia Municipal e creio que a Polícia Municipal tem cumprido de forma adequada.-----

----- Como sabe, é também intenção do Município equipar-se com câmaras de vigilância que permitam proceder à deteção de matrículas. Já temos, aliás, autorização devida por parte da Comissão de Proteção de Dados e implica um investimento de meio milhão de euros. É um investimento que certamente o Município fará no momento adequado, de acordo com as suas prioridades, tendo em conta que meio milhão de euros é uma verba bastante significativa e que é necessária para cumprir vários fins, entre eles também o da fiscalização da ZER. Portanto, na boa prudência da gestão dos nossos recursos, faremos esse investimento quando chegar ao nível de prioridade adequado para fazer esse investimento.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Só para informar que, de facto, esta medida ligada a outras, permitiu que Lisboa, nos últimos cinco anos, diminuísse a emissão de CO₂, em cerca de 30%. Em relação às partículas os resultados foram bastantes positivos e acho que podemos cumprir as normas e as diretivas que foram impostas se continuarmos com este tipo de medidas que são absolutamente, essenciais para termos um ar mais puro em Lisboa. ---

----- Aquilo que de facto, mais me preocupa, em relação a esta matéria é o problema dos aviões pois essa não tem solução, quer em termos de ruído, quer em termos de partículas, e que é um problema gravíssimo em termos ambientais, em Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Em resposta à bancada do CDS-PP, em relação ao programa de alienação de fogos municipais aos próprios, faseada ou não faseada, é uma opção, dizer que ele não está estagnado. O executivo decidiu que 2014-2015, de facto, não foram postas novas alienações, portanto, não houve novos lotes em alienação por uma questão de estarmos a avaliar a forma mais estratégica e mais eficaz de poder continuar com este mecanismo, e por uma razão muito simples. Não se a Senhora Deputada estava na sala quando se fez a intervenção do público, mas uma das questões, da questão da

alienação dos fogos aos próprios, é depois a capacidade que as pessoas têm de fazer a gestão daquilo que é ser proprietário. Ser proprietário não é só adquirir e pagar, quando conseguem pagar. E o que aconteceu à Senhora foi que não conseguiu cumprir, e portanto, a casa, as finanças arrestou-lhe o bem. Ela era inquilina mas passou a ser proprietária, e muitas vezes as pessoas não têm capacidade de fazer aquilo que é ser proprietário; é o pagar condomínio, é corresponder na sua permissão naquilo que são as intervenções a fazer extra e que são necessárias, como qualquer pessoa que seja proprietária sabe que são essas as obrigações dos proprietários. E também, os impostos que estão associados a isso. -----

----- Por uma questão de eficácia, muitas vezes a entidade gestora, a GEBALIS, que é quem gere os bairros municipais vê-se na condição de fazer a intervenção em património que já não é municipal, naquilo que tem a ver com as partes comuns, naturalmente, porque acha que não deve fazer um terço de fachada, ou um terço de cobertura, para bem da população, mas a verdade é que há já propriedade alienada, e não há comparticipação. -----

----- Por outro lado, de facto, a gestão da constituição de condomínios é muito complicada por indisponibilidade dos proprietários, e isto leva-nos a fazer uma lógica mais racional naquilo que tem a ver com a forma de alienação. Isto é, tudo aquilo que estava em alienação até 2013, está aprovado e está em alienação. E os números são: há quarenta e três bairros que já estavam em alienação e eu não reverti esse processo, que não fiz foi pôr mais coisas em alienação, e que é um total de nove mil quatrocentos e trinta e sete fogos que estão disponíveis para alienação. -----

----- Mas para os Senhores Deputados também saberem, nos últimos três anos efetuaram-se cento e noventa e uma escrituras, só. Estou a dizer só a correlação entre nove mil quatrocentos e trinta e sete fogos que estão disponíveis, e que foram feitas cento e noventa e uma escrituras.-----

----- Mas não está estagnado. Está em avaliação por uma questão de racionalidade de gestão, quer para nós, para o município e para o bem público, quer para os proprietários.-----

----- Em relação aos outros dois programas, penso que seja o Senhor Vereador Manuel Salgado a responder. -----

----- Em relação ao arrendamento estudantes, embora não passe diretamente por mim, posso dar informação, também, que estamos a equacionar, a fazer um projeto-piloto com a Faculdade de Arquitetura e com as associações que trabalham com a Faculdade de Arquitetura, muito em específico em relação ao Bairro 2 de Maio, com a hipótese de fazer um projeto de intervenção no Bairro com o apoio dos estudantes e da Faculdade de Arquitetura, e que passe por o alojamento dos estudantes numa parte dos fogos do Bairro 2 de Maio. Mas estamos em estudo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “O programa de alienações da Câmara está a ser preparado em conjunto com o Plano Plurianual que, em breve, será apresentado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “A época das inaugurações já abriu no Município de Lisboa. Normalmente, ela é marcada pelo período do mandato municipal, aproxima-se do termo do mandato municipal, mas desta vez, ela está marcada pelas eleições legislativas. -----

----- Esta semana, daqui a dois dias, haverá mais duas inaugurações, e já tivemos outras nas semanas que passaram, mas naturalmente este processo, nos próximos cinco meses, vai acelerar e teremos muitas destas ocasiões com o Senhor Presidente a cortar a fita. -----

----- Daqui a dois dias será inaugurada a Piscina dos Olivais. Na realidade, o Senhor Presidente estará presente, foi convidado para isso, mas não é uma inauguração do município, é uma inauguração de uma empresa, uma multinacional na área do desporto que inaugura o Complexo de Piscinas dos Olivais que agora será o Centro Fitness. -----

----- Este é um processo longo, conturbado, turbulento e que tem uma longa história, aliás a tradição daquele espaço marca muitas pessoas Lisboetas. Foi num local por onde passaram muitas famílias, de várias gerações, e portanto era um marco naquela zona da cidade. Estas piscinas fecharam já há vários anos, foram abandonadas pelos vários executivos municipais. Em 2008, houve até uma fiscalização da União Europeia que constatou que os fundos comunitários foram mal empregues, foram desperdiçados e encetou um processo de devolução e de multas sobre esse desprezo sobre o investimento naquele espaço, e em 2010, a *Ingesport* ganha a concessão destas piscinas por trinta e cinco anos. -----

----- Inicia-se o processo de reabilitação daquele espaço, e em 2012, é anunciada a abertura para o ano seguinte, de 2013, e em maio de 2013, há uma troca da empresa de construção, há uma falência do empreiteiro, uma troca do empreiteiro, e a Câmara Municipal de Lisboa diz que é um dos processos mais difíceis que tem em mãos, e adia sistematicamente a sua inauguração, primeiro passou para abril de 2014, depois para outubro de 2014, e parece que, finalmente, vai acontecer dentro de dois dias. -----

----- E ainda bem que acontece. O BE não tem nada contra a abertura de espaços privados na Cidade de Lisboa. O que tem e o que lamenta é que haja uma política de desistência por parte do Município de Lisboa sobre os seus equipamentos desportivos e sobre a oferta que tem aos lisboetas, no âmbito de equipamentos municipais para a prática desportiva. Porque há uma política, que é geral, de alienação de património mas que se estende também em particular, aos equipamentos desportivos. -----

----- Esta lógica foi aplicada não só nos Olivais, mas também no Campo Grande, no Areeiro, sendo que a do Areeiro também tem já uma data marcada para este trimestre, mais uma inauguração, mas a do Campo Grande não sabemos o que se passa, há uma hipótese de vir a ser inaugurada até ao final do ano, que bom seria que fosse antes de outubro, não parece porque as obras estão, ou paradas, ou inexistentes, mas há uma lógica que atravessa todos estes equipamentos municipais que é, como disse, da desistência. -----

DRAFT

----- A Câmara Municipal de Lisboa olha para estes equipamentos e para outros patrimónios sempre como um ativo, só vê cifrões onde estão equipamentos que podem ser usufruídos e património que pode ser usufruído pelos lisboetas.-----

----- Há um modelo de parceria público-privada aplicada à escala do município em vários destes casos, e que tem sempre as multinacionais, as grandes empresas, a apoderarem-se deste património para o rentabilizarem, naturalmente, é esse o objetivo da sua atividade. E, portanto, por longos períodos, neste caso trinta e cinco anos, para se apoderarem deste património municipal.-----

----- É esta visão facilitista de que pode disponibilizar este património, entregá-lo a privados e que esses privados façam boa gestão quando, na realidade, durante décadas, a Câmara Municipal de Lisboa teve uma tradição em particular nestes equipamentos de piscinas, como disse, marcou várias gerações.-----

----- E portanto, algumas perguntas têm de ser feitas. Para além de ter desistido destes equipamentos e entregue a empresas privadas, a multinacionais, gostaríamos de saber o que se passa com os outros equipamentos, nomeadamente a Piscina da Penha de França? Ou a Piscina da Avenida de Ceuta? A Piscina Baptista Pereira que está abandonada há vários anos e este município não apresenta nenhuma solução para esse equipamento. Há algum calendário para estes equipamentos? Há alguma estratégia? Há algum prazo? Há algum objetivo? São estas as respostas que gostávamos de saber, ou se simplesmente, o município desistiu.-----

----- Mas para falar de desistência e para vos falar de parcerias público-privadas, temos de falar de Monsanto. Monsanto, que como sabem, é uma zona verde de valor inestimável na Cidade de Lisboa, provavelmente a maior zona verde de uma capital europeia, é o pulmão da cidade e é um património único.-----

----- Sabemos, também, que há um apetite voraz sobre aquele espaço e que ciclicamente ele é atacado, às vezes com mais benevolência por parte do município, outras vezes, não, mas a verdade é que há um apetite por retalhar aquele espaço tão importante para a cidade e, é um facto, que esta Assembleia tem de se preocupar com a sua proteção e com a sua preservação.-----

----- Sabemos hoje que o município fez outro grande negócio, desta vez em Monsanto.

----- Mais uma vez, entregou a privados, curiosamente, e também, mais uma vez só apareceu um concorrente, para a concessão de vários espaços, vários edifícios e de espaços ao ar livre, de uma grande área em Monsanto. Nestes espaços incluem-se a concessão com direito de exploração para quarenta e seis quartos, mais nove *bungalows*, a área do Moinho do Penedo e as zonas anexas onde estão os três campos de Basquetebol e, ainda, Senhores Deputados, pasmem-se, a Casa do Presidente mais duas antigas casas dos funcionários do parque. Cifrões até na Casa do Presidente. Tudo isto, imaginem vós, pela modica quantia de dois mil e seiscentos euros mensais, sendo que o empresário, ou a empresa que ganhou este concurso, fica isenta de pagar qualquer valor durante o período em que estiver a fazer as obras, naturalmente, terá que fazer obras para que aquele espaço possa ser utilizado e, portanto, não paga qualquer renda, tem um período de carência durante o período das obras. E terminado esse período de carência e durante três anos, paga uma renda de mil euros, mil euros

DRAFT

uma unidade hoteleira com quarenta e seis quartos, nove *bungalows*, zonas de restauração, esplanada, incluída a Casa do Presidente.-----

----- Este negócio não protege os interesses na Cidade de Lisboa, nem dos lisboetas. Dirá o Senhor Presidente que o concessionário irá fazer um grande investimento para poder ter esta atividade a decorrer naquela zona. Diz-se até que se já está estimado esse investimento e que são de 3,8 milhões de euros. Não sabemos quem fez estas contas, não sabemos de onde surge este valor, sabemos no entanto, que sendo este valor verdadeiro, partindo do princípio que ele está bem calculado, e que efetivamente, este empresário vai fazer este investimento, não há nenhuma garantia que este investimento reverta, depois, para o município. Aliás, esta concessão é feita por um período de vinte cinco anos, mais trinta de opção, ou seja, cinquenta e cinco anos. De fizermos as contas, os dois mil e seiscentos euros, depois dos três anos de mil euros, somando este valor de investimento e repartido por cinquenta e cinco anos, a renda será aproximadamente de oito mil euros. É um bom negócio, com certeza, tantos espaços numa zona privilegiada da cidade. Há muitos espaços comerciais em Lisboa, muito mais pequenos e que pagam rendas bastante superiores.-----

----- Sabemos também, que este investimento que lá vai ser feito, cinquenta e cinco anos depois, não reverte em nada para a cidade. Não é possível dizer que um investimento feito por uma unidade hoteleira cinquenta e cinco anos depois trás uma mais-valia para a cidade. É uma lógica de negócio eterno e, portanto, é um mau negócio para a cidade.-----

----- E, portanto, também aqui, a Câmara Municipal de Lisboa volta a desistir do seu património, dos seus equipamentos e dos seus espaços.-----

----- Porque consideramos tudo isto um péssimo negócio, porque consideramos que ele deve ter muitos pontos esclarecidos e debatidos, porque sobretudo é uma concessão a privados, inaceitável, com condições inaceitáveis, vamos entregar neste momento, um requerimento na Mesa para que sejam esclarecidas as condições deste negócio.”-----

----- **Requerimento nº 9/15 “Aprovação em Novembro passado, em reunião de Câmara, da concessão de vários espaços e edifícios do Parque Florestal de Monsanto”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexado à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante);-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “O negócio que foi aqui referido da Quinta da Pimenteira, Casa do presidente e Moinho do Penedo, é bom que saibamos o seguinte:-----

----- A Quinta da Pimenteira é um edifício completamente em ruínas há anos, o que permite este negócio é a recuperação integral deste património, incluindo aquele que continua na posse da Câmara; o viveiro, sítio para os trabalhadores da Câmara, balneários, etc.-----

----- Ao contrário do que também, foi aqui dito a concessão é de vinte e cinco anos, pode ou não, ser prorrogada, consoante a Câmara queira, ou não queira. Não há nenhuma obrigação de ser prorrogada.-----

----- O investimento que é previsto, quer na Quinta da Pimenteira, quer na Casa do Presidente que não tinha qualquer uso, ou teve uso muito esporádico, quer o do Moinho do Penedo que está completamente em ruínas, existe um investimento de mais de 3,5 milhões de euros. -----

----- Ao fim dos vinte e cinco anos, e se assim o entender, o património pode regressar à Câmara, e ficamos com a quinta toda ela reestruturada, desde caminhos, casas, edifícios, balneários, o próprio viveiro, Casa do Presidente arranjada, com a piscina arranjada, e o Moinho do Penedo, também.-----

----- É um investimento que eu acho que, dificilmente, seria rentabilizado ao fim de vinte e cinco anos com o investimento deste montante, ficamos com o empreendimento arranjado, acho que é um bom negócio para a Câmara, mas é essencialmente uma boa recuperação do edificado que é feita por privados e que a Câmara pode usufruir, não só porque o viveiro continua a ser público, não só porque podemos continuar a fazer alguns eventos por ano nestes equipamentos, como o Monsanto fica com uma boa esplanada no Penedo o que permitirá termos aquilo que está previsto no Plano de Gestão Florestal de Monsanto ter, finalmente, ecoturismo neste sítio extraordinário. -----

----- É evidente, que também devemos olhar para este processo integrado em outras ações que temos vindo a desenvolver, nomeadamente, as medidas que temos programadas para tornar Monsanto mais aprazível no sentido de melhorias de tráfego na zona. Mas também aquilo que não pode ser desconhecido do Senhor Deputado, nem de ninguém, que nós finalmente temos ligações extraordinárias a Monsanto. Nós temos o corredor de Monsanto feito, pode ser melhorado mas, está feito, podemos ir do parque Eduardo VII até Monsanto. Pela zona de Benfica podemos ir da Quinta da Granja que foi arranjada, até Monsanto. Estamos, neste momento, em obra no Rio Seco e podemos ligar o Rio Seco a Monsanto. Monsanto está a entrar dentro da cidade e isso é muito positivo.-----

----- É este o programa da estrutura Ecológica que foi aprovada por esta Assembleia Municipal.-----

----- Este concurso foi aprovado em Câmara, como sabem e representa uma mais-valia para Monsanto dentro dos objetivos do Plano de Gestão Florestal que também foi aprovado por esta Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, no fundo o que nós estamos a concretizar é o Plano de Gestão Florestal que foi aprovado por esta Câmara e com a recuperação de património que ali existe, e com as valências que estão previstas nesse Plano de Gestão Florestal.-----

----- Portanto, eu acho que, ao contrário do que aqui foi dito, é um bom exemplo de como nós podemos ter boas parecerias com privados, sem custos para a Câmara, e com benefícios para todos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Tentando ser sumário relativamente à intervenção sobre a política de requalificação dos equipamentos desportivos. Dar nota, como sabem, este processo das três piscinas é um projeto já do anterior mandato, de grande sucesso, é um projeto

DRAFT

que de outra forma, também não acredito que pudéssemos reabilitar aqueles três espaços. Estamos a falar de um investimento global de 21,5 milhões de euros para os três equipamentos, e estamos a criar uma oferta que vai de encontro às expectativas das pessoas a julgar pela forte adesão que está a ter a procura destes equipamentos. ----
----- Mas isto não configura uma política completa porque nós estamos a continuar a reabilitar os equipamentos. Já este ano, foi aqui aprovado, também, o processo de reabilitação da Piscina da Penha de França que está em curso, e o Projeto de Requalificação, também ainda há pouco falamos no Complexo de São João de Brito. Estamos, neste momento, a ultimar o projeto de execução para reabilitação estrutural do Pavilhão do Casal Vistoso. Estamos, também, já com o projeto ideia para a Piscina Baptista Pereira que consta do Plano Plurianual de Investimentos que também está para fazermos este ano. Estamos também para reabilitar estruturalmente e a dar uma nova vida, e este é um projeto que me diz muito, a requalificação estrutural da pista Domingues Pereira e dar-lhe, também, novos usos. Estão a ser feitos, novos desenvolvimentos, também, a outros níveis. As próprias Juntas de Freguesia já têm trabalhado na requalificação de alguns equipamentos, e estou a falar, por exemplo, na Misericórdia, Santa Catarina, Santo António que acaba de requalificar o passadiço, Marvila, também. É só para dizer que estamos a continuar a recuperar os equipamentos municipais e a dar-lhes cada vez mais, usufruto.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “O PCP apresentou nos últimos meses um conjunto de requerimentos à Câmara, sobre situações concretas e graves de vivência na nossa cidade. Alguns desses requerimentos foram respondidos, estando a ser, por nós, analisados. Outros, não obtiveram qualquer resposta, e um foi respondido como uma não resposta, pelo que é forçosos colocar, hoje e aqui, as questões colocadas. -----

----- Em primeiro, qual é o ponto da situação da construção da segunda fase da Escola do Parque das Nações. Confirma-se se é a autarquia a fazer a obra e se o Ministério da Educação e Ciência vai transferir o valor correspondente à sua realização?-----

----- Segundo, Mercado do Bairro de Santos. Após a sua entrega à Junta de Freguesia das Avenidas Novas em condições de manutenção deploráveis, pergunta-se; está prevista a transferência de verbas para recuperar o mercado? Irá a Câmara Municipal promover as obras necessárias à sua recuperação? Quais as medidas previstas para que haja uma normal gestão deste mercado? -----

----- Terceiro, prédio junto à Cervejaria Portugal. Existe forma de obrigar o proprietário a vedar o terreno de maneira eficaz e a evitar o acesso a estranhos? Atendendo a que, o prédio foi demolido e de facto há uma situação de algum perigo e de insalubridade. -----

----- Quarta, Carreira da CARRIS na Damasceno Monteiro. Quais as diligências efetuadas pela Câmara, junto da CARRIS, para resolver esta situação?-----

----- Quinto, face à extinção da Biblioteca Museu Republica e Resistência, Espaço Grandela, pretende a Câmara voltar acolher no seu mapa de pessoal os três trabalhadores que acompanhavam uma infraestrutura que deixou de cumprir o seu

DRAFT

objetivo e com que brevidade? Qual o tratamento que está a ser dado ao espólio desta biblioteca, e qual o seu destino? -----

----- Finalmente, e uma última questão, entregámos um requerimento, o requerimento 66/2014, na Assembleia Municipal realizada em dezoito de novembro de 2014, sobre uma ação da Polícia Municipal na Praça António Sardinha, no dia dez desse mesmo mês, multando e bloqueando os carros, indevidamente estacionados nos passeios, situação permanente pois não existe qualquer hipótese de estacionamento na área. ----

----- Na resposta a este requerimento, é afirmado pelo Senhor Vereador Carlos Castro que a resposta ao requerimento já tinha sido dada na sessão da Assembleia em dezoito de novembro. Estamos perante uma não resposta pois na sessão referenciada, e em resposta a uma pergunta do Senhor Deputado do PAN sobre os problemas de estacionamento irregular em Campo de Ourique, o Senhor Vereador Carlos Castro lançou-se numa discussão contra o requerimento do PCP, suponho sem ainda o ter lido, espero não estar a ser injusta, Senhor Vereador, mas é a ideia que me dá, porque ele não referiu o conteúdo concreto do requerimento, e o Senhor Vereador limitou-se, nessa sessão da Assembleia, do dia dezoito, referiu a receção do requerimento do PCP e limitou-se a dizer que existe, e eu agora vou citar; *“uma questão dicotómica. A Polícia Municipal é presa por ter, e por não ter. Quando age, é porque age, quando não age é porque não age. Há aqui a necessidade de um ponto de equilíbrio, mas pretendemos nós, o Senhor Vereador e o Senhor Deputado do PAN, uma coisa que é disciplina e civismo.”*-----

----- Senhor Vereador, eu sou uma cidadã educada e cívica, e porque valorizo a atitude pedagógica, como ainda há pouco o Senhor Presidente da Câmara referiu, e bem, e porque também não quero os carros indevidamente estacionados no passeio, retomo a pergunta colocada no requerimento, e à qual não foi dada resposta; qual a solução preconizada pela Câmara Municipal para o gravíssimo problema de falta de estacionamento na Penha de França, nomeadamente nesta Praça António Sardinha?----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, é lamentável que os requerimentos apresentados não tenham uma resposta atempada, e que seja necessário este tipo de intervenção no Plenário. Estamos perante uma grave falta de respeito pelos Senhores Deputados Municipais.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa esclarece que esta matéria tem motivado preocupações à Mesa, pelo que temos apelado à Câmara no sentido de promover uma resposta tão rápida quanto o possível aos requerimentos, sendo certo que há um prazo regimental de trinta dias.---

----- Seja como for, julgo que neste mês de janeiro muitos requerimentos que estavam por responder foram já respondidos, e esperemos ver o que diz, agora, a Câmara.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação ao prédio contíguo à Cervejaria Portugália, e que foi demolido há uns anos, foi chamado o proprietário que é um fundo de vários bancos; Banco de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Caixa Geral de Depósitos, Fundo Sete Colinas, e já foram intimados, por escrito, a recuar, refazer a vedação e pagar os

custos de ocupação de via pública que não pagaram nos últimos anos, e que ascendem a cento e oitenta mil euros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Senhora Deputada Ana Páscoa, eu pensei que naquele dia tinha ficado claro, e não houve qualquer ataque ao Partido Comunista Português, muito menos à sua pessoa, como é evidente. -----

----- O que importa referir, e a Senhora referiu, e bem, que a Polícia Municipal atuou adequadamente. Que há um problema na Praça António Sardinha, como há em muitos locais da cidade, isso é identificado, agora não se pode condenar a Polícia Municipal por fazer o seu trabalho. E, por isso, eu disse naquele dia, e a resposta foi o que foi. Tive oportunidade de responder “*in loco*” à Senhora Deputada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Quanto à questão da escola do Parque das Nações, penso que tem sido uma pergunta de todos estes debates de perguntas ao executivo, provavelmente, irá se manter assim, e eu responderei sempre a mesma coisa, a não ser que tenhamos o privilégio do Governo responder às nossas s questões. -----

----- A Câmara desde sempre se disponibilizou para construir a segunda fase da escola, que é uma competência do Governo, cumpridas estejam as condições essenciais e que é o Governo transferir para a Câmara, ou tratar connosco, a empreitada que permitirá que a Câmara concretize a obra. E enquanto o Governo não responder a esta questão, mantemo-nos à espera da resposta do Governo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação ao Mercado do Rego, dizer que a Câmara Municipal tem mantido reuniões com a Junta de Freguesia das Avenidas Novas e, efetivamente, está a fazer um levantamento das oportunidades e projetos futuros e, inclusivamente, posso dizer que existem interessados, não para fazer a gestão, mas para instalar outro tipo de superfícies comerciais, anexas ao mercado e que podem ajudar a revitalização do mesmo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Irei colocar três questões à Câmara. -----

----- A primeira é sobre a restrição de horários no Cais de Sodré, Bica e Santos. -----

----- No passado dia vinte e três de janeiro, entrou em vigor o despacho cento e quarenta, um despacho do Senhor Vereador Duarte Cordeiro com um conjunto de restrições para os estabelecimentos comerciais do Cais de Sodré, Bica e Santos, com vista a diminuir os incómodos sentidos pelos residentes destas zonas. -----

----- Deste despacho fazem parte medidas como; uniformização de horários, ajustando a hora de encerramento dos estabelecimentos do Cais de Sodré, Bica e Santos aos do Bairro Alto, que passa a ser a duas horas durante a semana e as três horas ao fim de

DRAFT

semana, a antecipação da hora de fecho das lojas de conveniência para as vinte e duas horas e a proibição da saída de clientes para a rua, com bebidas, a partir de uma hora. -
----- Sobre este despacho recai a expectativa da diminuição da aglomeração de pessoas na via pública. E conseqüentemente, da redução do ruído emitido e do lixo acumulado na rua.-----

----- Pretende-se desta forma, promover uma coexistência pacífica entre os moradores, os comerciantes e os visitantes.-----

----- Sei que ainda só decorreram três semanas, ou melhor, três fins de semana sobre a aplicação do despacho, mas queria perguntar se a Câmara já pode fazer um balanço da sua aplicação.-----

----- A nível da produção do lixo, aproveitou para dar o contributo da Junta de Freguesia da Misericórdia, informando a Câmara que a equipa da higiene urbana da Junta de Freguesia, tem recolhido menos copos de plástico. Ao nível de outros resíduos, ainda não encontrou diferenças. Mas ao nível do aglomerado de copos de plástico, verificou-se uma redução.-----

----- Gostaria por isso, de saber se a Câmara tem tido o “*feedback*” da população dos efeitos da aplicação do despacho? Como é que têm reagido os comerciantes atingidos? E como é que tem decorrido o trabalho das equipas de fiscalização da Câmara? E se este despacho já estiver a produzir os efeitos desejáveis, para quando o seu alargamento ao resto da cidade?-----

----- A segunda questão é sobre as campanhas de sensibilização e fiscalização ao nível da higiene urbana.-----

----- A transferência da competência da lavagem e varredura das ruas, transitou da Câmara para as Juntas de Freguesias há, exatamente, onze meses. Essa transferência decorreu com alguns problemas e resistências, como todos sabemos.-----

----- Numa primeira fase, o objetivo, naturalmente, foi o de manter o serviço prestado à população, mas rapidamente, a Câmara e as vinte e quatro Juntas de Freguesia assumiram como objetivo a melhoria do serviço prestado.-----

----- Penso que neste momento, todos aceitamos que existiram melhorias apesar de reconhecermos que existe um longo caminho a percorrer para a melhoria desejada e para uma gestão mais eficiente e eficaz. Para esta melhoria contínua é fundamental o reforço da sensibilização e da fiscalização, pois temos que partilhar com os moradores, visitantes e comerciantes, a responsabilidade de mantermos a cidade limpa e cuidada.-----

----- Os custos associados à higiene urbana são elevadíssimos e mesmos que os recursos fossem ilimitados, e sabemos bem que não são, será um esforço inglório se a população não for uma população ativa nesta matéria.-----

----- Senhor Vereador Duarte Cordeiro, fez várias campanhas de sensibilização ao nível da higiene urbana na cidade. Urge, agora, realizar ações de fiscalização. O que pergunto é quais são as próximas iniciativas para a cidade, a este nível? E o que é que a Câmara tem delineado em matéria de fiscalização para a cidade?-----

----- A terceira questão é sobre a transferência das competências em matéria de licenciamento para as freguesias.-----

DRAFT

----- No passado dia um de janeiro, transitou para as Juntas de Freguesia a competência a nível do licenciamento de espaço público, um importante desafio e que lhes permitiu passar a ter ao seu dispor um importante instrumento de gestão do espaço público do seu território. Com esta transição terminou o processo de transferência de competências próprias da Câmara para as Juntas de Freguesia. -----

----- Gostaria, por isso, de perguntar ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro, como é que decorreu essa transferência, como é que as vinte e quatro Juntas de Freguesia acolheram e se mantêm a qualidade do serviço prestado à população? E digo, mantêm porque nesta fase é difícil falarmos, ainda, de melhoria. De qualquer forma, gostaria que o Senhor Vereador nos falasse sobre isso.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Quereria agradecer à Senhora Deputada e Presidente de Junta de Freguesia Carla Madeira. -----

----- Vou tentar dar respostas sintéticas, dentro do possível, apesar de serem questões de três áreas distintas. -----

----- No que diz respeito à restrição de horários, fazer referência que a Câmara já tem em funcionamento um grupo de trabalho transversal, que envolve a Junta de Freguesia e envolve a Câmara Municipal, e dentro da Câmara Municipal as várias áreas de responsabilidade que, por um lado, tem procurado verificar a correta implementação da restrição de horários mas, por outro lado, como já foi dito pelo Senhor Presidente, e bem, já a implementar outro tipo de medidas, não só o reforço na área da higiene urbana, mas também campanhas de sensibilização, envolvimento de mais policiamento, envolvimento de outros atores que possam, de alguma maneira, também apelar à responsabilização do consumo. -----

----- A Polícia Municipal tem feito o seu trabalho, e bem, em conjunto com a Câmara Municipal, tem feito ações de fiscalização regulares, já foram levantados alguns autos, e a perceção que nós temos é que, grosso modo, há muitos bares a adaptar-se o que significa que é um bom sinal, quer ao nível da adaptação das próprias condições dos próprios estabelecimentos, e estamos a falar das condições que lhes permitam isolar os sons dos seus estabelecimentos, ter limitadores nas aparelhagens, colocar vídeo vigilância e, dessa forma, cumprir as disposições dos despachos, como por outro lado têm procurado, na medida do possível, implementar aquela que é a medida mais difícil e que é limitar o consumo de bebidas na via pública, mas temos a informação que há muitos bairros a adaptar-se. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem tido, e volto a repetir, ações de fiscalização regulares, já há alguns autos levantados a maioria deles por não cumprimento do horário, alguns casos, que eu próprio assisti, devia-se a desconhecimento por parte de alguns comerciantes, outros casos não, são mesmo desafios à autoridade que têm de ser mesmos autuados. Portanto, tem existido já um trabalho integrado. -----

----- Dizer que já temos um plano de atividades que irá ser apresentado, em breve, aos vários parceiros. Esse grupo de trabalho tem funcionado, tendo o Dr. Pedro Pinto que trabalha diretamente no meu gabinete, a acompanhar todas as entidades no fundo, responsáveis por esta área, e podendo fazer um pequeno balanço, achamos que ele não

DRAFT

é conclusivo e entendemos que em muitos aspetos, a implementação do despacho tem corrido muito bem.-----

----- Tem vindo a público o conhecimento de que algumas providências cautelares têm sido colocadas, e a Câmara Municipal tem respondido a todas com resoluções fundamentadas, evitando que o despacho deixe de ter eficácia. -----

----- Dizer que já foi publicada a lei que define o Regulamento Jurídico para as atividades Comerciais que implica que todos os municípios tenham que adaptar às novas regras com o risco de uma total liberalização dos horários do comércio. Portanto, até ao final de fevereiro, a Câmara Municipal entrará com uma decisão para ser aprovada em reunião de Câmara para a manutenção dos atuais horários para depois colocar um novo regulamento a discussão pública para, também, a Assembleia municipal poder contribuir para a entrada em vigor, já na cidade, das regras que nós entendemos generalizar. E não vale a penas nesta resposta indicar o que vale a pena, ou não generalizar. Mas a muito breve trecho todos nós iremos ser chamados a esta discussão sobre o Regulamento de Horários da cidade.-----

----- Em relação à higiene urbana, dizer que iniciámos uma campanha de sensibilização, por um lado, com campanhas de comunicação. Temos reforçado a ideia do conhecimento das pessoas em relação ao número que existe para a recolha de monstros para que não haja uma colocação indevida deste tipo de resíduos na via pública, por outro lado, temos feito campanhas com as Juntas de Freguesia de sensibilização. Estamos em fase de finalização do protocolo de transferências de competências na área de fiscalização para reforçar as ações de fiscalização das Juntas de Freguesia e, dessa forma, eu entendo que melhoramos muito o acompanhamento da área da higiene urbana. -----

----- Por último dizer que a transferência de competências na área do licenciamento tem corrido muito bem. Todas as Juntas de Freguesia estão, neste momento, a acompanhar ou a realizar os seus processos de licenciamento. Nuns casos, correrá melhor, noutros, pior. Mas na verdade, é que na generalidade das freguesias tem estado a ser uma aplicação que está no início, um pouco difícil, mas que está a decorrer de forma normal o que, de alguma forma, é muito importante porque de alguma forma culmina, digamos assim, do ponto de vista das competências, com as últimas responsabilidades transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, terminamos a segunda ronda, e vamos entrar na terceira.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Devo dizer que venho aqui reiterar a boa nota que tomei da última descentralizada, da disponibilidade da Câmara Municipal de Lisboa, em conjunto com a Junta de Freguesia de Santo António, encontrar uma solução para o Mercado do Rato, todos em conjunto, que fosse benéfico para todos e, passando isto, queria deixar a pergunta, talvez ao Vereador Jorge Máximo porque foi o último a responder-me na última reunião deste género, e que é em que estado está a obra do Capitólio? Já que os

avanços têm sido nulos, e já que a demolição do ABC já está quase terminada, e é visível a “olho nu”, eu gostava de saber que parte da obra do Capitólio do Teatro Raúl Solnado estamos a tratar? Porque é dito e visto não tem andado, não tem mexido, e eu gostava enquanto Presidente do território que alberga o Parque Mayer, aquela famosa área que, de tempos a tempos, aparece e volta a desaparecer. Gostava de saber em que “pé” é que estamos em relação a esta obra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação ao Mercado do Rato, eu confirmo aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse, ou seja, que a solução não está fechada e que teremos todo o gosto em trabalhar com o Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Relativamente ao estado da obra do Capitólio, como sabe, de facto, houve ali vários atrasos, e esta obra teve várias vicissitudes. Entretanto, uma nova entidade ficou responsável pela execução desta obra e ela está a ser executada. Grande parte do que faltava era nos interiores e, talvez por isso, não seja visível cá fora, os avanços mas os mesmos estão a ocorrer. -----

----- Há questões que agora têm de ser repensadas, nomeadamente, na componente cénica que estão, agora, a ser tratadas. -----

----- Esta obra estava prevista para acabar em abril, mas com estas alterações que teremos que fazer na componente cénica é natural que vá demorar mais uns tempos. Mas de qualquer das formas, eu farei chegar uma informação mais detalhada sobre o ponto de situação da obra porque, neste momento, não tenho aqui os dados em concreto. Mas eu indicar-lhe-ei, telefonar-lhe-ei a explicar em que “pé” é que estamos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Uma primeira nota, Senhora Presidente da Assembleia, sobre matérias de hoje, saídas no jornal de hoje e que são aqui trazidas e respondidas. -----

----- As regras estão no Regimento e têm de ser cumpridas. -----

----- Houve uma primeira pergunta sobre a questão de Monsanto, e a Câmara não respondeu. Respondeu à segunda vez em que essa questão foi colocada. -----

----- Nós se reorientarmos as regras, tudo bem. Mas não podemos, de facto, estar aqui a fazer o dia-a-dia, não é, e os episódios, porque sobre essa matéria nós temos uma questão e não é para ser respondida hoje.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, desculpe, mas está a pôr em causa a interpretação que a Mesa fez, desculpe, e já agora a Mesa dá uma explicação, e este tempo não desconta do seu tempo, naturalmente. -----

----- O Senhor Deputado que fez a pergunta do Parque de Monsanto disse que ia fazer uma pergunta fora dos temas. O Senhor Deputado do BE tinha como tema equipamentos desportivos e começou a falar a partir do parque do Monsanto e os equipamentos desportivos do Parque de Monsanto, e por isso é que a Mesa entendeu

que devia de prosseguir. E a Câmara entendeu responder, mas isso já não é da nossa conta. Mas a Mesa interpretou assim, embora pudéssemos ter feito mal, mas fizemo-lo de boa-fé.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Senhora Presidente, tudo bem.-----

----- Sobre as regras é bom saber com que é que estamos a jogar. E realmente, nós apresentámos as perguntas na altura própria, tal como as outras forças políticas o fizeram, o próprio BE também o fez, agora não podemos estar a alterar a situação porque, por exemplo, e deixo apenas esta questão; a mim o que me surpreendeu na leitura que fiz hoje, não é para ser respondida, é o facto de ser o mesmo individuo que está a tomar conta do mercado de Campo de Ourique, por exemplo, porque é que tem de ser? Não há outros investidores? Não há um olhar mais alargado em relação a estas matérias. Portanto, não tem nada a ver com a intervenção do BE, tem a ver com algumas regras e também com matérias que nos preocupam e que traremos, obviamente, à Assembleia Municipal.-----

----- As quatro questões que colocamos por escrito, a primeira tem a ver na sequência da venda de edifícios municipais, estão de facto colocados e criados problemas a vários serviços do município quanto a alternativas para a sua instalação. Falamos do Complexo de Alcântara, do Regimento de Sapadores de Bombeiros e Museu, junto do Colombo, da Estação de Sapadores no Largo do Regedouro, da Divisão de Mercados e Feiras e da Sede da EGEAC.-----

----- Quanto ao Museu, no Colombo, é pacífica a saída para Monsanto. Mas uma possível ida do Regimento para Benfica que parece configurar-se, levanta problemas de obras e a necessidade de encontrar uma situação definitiva.-----

----- Para além do mais, há uma situação que coloco desde já à Exm^a Câmara, tem a ver com aquilo que os Bombeiros entendem que é o tempo de chegada, por exemplo, a um incêndio, e se, em relação ao Colombo, um incêndio na Alta de Lisboa demora cerca de quinze, vinte minutos a chegar, quando a regra seria até oito minutos no caso de um incêndio, se houver transferência para Benfica, ainda por cima nas péssimas condições em que o edifício está, provavelmente, mais alargado será esse tempo. Portanto, coloca apenas esta questão como preocupação, à Câmara Municipal, no sentido de podermos minorar ou aliviar problemas futuros.-----

----- Portanto, nós em relação a estas matérias, perguntamos quais as soluções previstas e para quando a resolução destes problemas?-----

----- A segunda pergunta tem a ver com os serviços municipais, e há serviços municipais à beira da rutura; a Brigada de Coletores, o Departamento de Operação e Manutenção Mecânica e Cozinheiras, devido à falta de pessoal operacional. Que medidas está a Câmara Municipal a tomar para resolver estas situações? -----

----- Terceira pergunta, os problemas que se verificam no edifício da Rua Alexandre Herculano que já deram origem a várias exposições e abaixo-assinados dos trabalhadores, acumularam-se com a cedência de pisos à Junta de Freguesia de Santo António. O ar condicionado funciona em salas e noutras não funciona, está fora de

prazo, e o sistema necessita de ser revisto no prédio. Há o problema dos elevadores que facilmente avariam, e há ainda o acesso do sétimo para o oitavo andar, e vice-versa, sem elevador sendo que há trabalhadores em cadeiras de rodas que precisam da solidariedade dos colegas para irem ao refeitório todos os dias. Quanto a estes, e outros problemas, no edifício, que medidas e soluções vai a Câmara tomar? -----

----- Quarta e última pergunta, estando concluídas as obras no Jardim do Campo Grande quais são os obstáculos que impedem a saída dos trabalhadores e contentores para as suas novas instalações? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Relativamente à primeira pergunta sobre a recolocação do dispositivo dos bombeiros da alienação efetuada, é de salientar que a questão absolutamente central daquilo que o Senhor Deputado refere não se prende com a atual passagem para Benfica, prende-se com a construção do PSA necessário na Alta de Lisboa. E é precisamente esse programa de construção que está a ser ultimado e calendarizado, agora é que se tornou claro que a Câmara Municipal de Lisboa disporá de capacidade de endividamento e de investimento nos anos seguintes é um dos projetos que está identificado como prioritário conseguir fazer essa infraestrutura o mais rapidamente possível, e por isso nos próximos dias, brevemente, podemos apresentar um compromisso mais calendarizado relativamente a essa dimensão. -----

----- Relativamente à falta de pessoal operacional, estão abertos concursos para quatro categorias; cantoneiros de limpeza, bombeiros sapadores e na categorial de assistente operacional, para coveiros e tratadores e apanhadores de animais.-----

----- Estamos neste momento, a ultimar dois trabalhos. Primeiro o levantamento das necessidades do pessoal operacional já tendo em conta o objetivo da reorganização da Câmara Municipal que é precisamente, também, o reforço da capacidade operacional em áreas da manutenção, primeiro exercício, identificação, segundo exercício, a avaliação dos nossos limites legais do ponto de vista da contratação, pois como sabe, o orçamento, as regras para a função pública determinam que a Câmara tem de apresentar uma estabilidade da despesa com o pessoal e, por isso, está limitada no ritmo de admissões ao ritmo que sejam as saídas, por aposentação, por morte, por saída definitiva do universo da Câmara. É deste balanço que nós estaremos na disposição poderemos encontrar um número de admissões, mas partilhar com o Senhor Deputado que a Câmara considera, neste momento, que a prioridade é precisamente o reforço de áreas operacionais, e não de áreas técnicas, e por isso as folgas que tivermos é no reforço da capacidade operacional, e o número exato dependerá deste fator. -----

----- Terceiro lugar e relativamente às instalações e reparações, eu dirigia um pedido à Direção de Recursos Humanos que centralizasse toda a informação relativa que nos permitisse fazer um plano de intervenção de recuperação de instalações e serviços municipais afetos, ou com problemas significativos, do ponto de vista de condições de postos de trabalhos. Julgo que são áreas em que nós podemos ter uma intervenção e também vamos incluir esses investimentos, e que são os investimentos que

apresentaremos no programa a desenvolver pela Câmara Municipal nos próximos anos, sejam eles de maior dimensão, mas também, e em particular aqueles de pequena dimensão e que muitas vezes afetam, de forma significativa, o quotidiano dos trabalhadores.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões:-----

----- “Trago duas questões; uma relacionada com a gestão patrimonial e financeira da Câmara. A outra, também, necessariamente relacionada com a temática da exploração dos transportes coletivos, em Lisboa.-----

----- Relativamente à primeira questão, há que registar que sob orientação política do Partido Socialista, se nota uma trajetória descendente da dívida do Município de Lisboa. Entre 2007-2014, a dívida municipal passou de cerca de mil milhões de euros para cerca de seiscentos milhões de euros, este valor incluindo já a consolidação patrimonial do processo Bragaparcques e o encerramento da liquidação da EPUL.-----

----- Creio que este é um marco político importantíssimo, desde logo, pelos efeitos que gera; reduz a despesa com juros, permite, eventualmente, assim a lei criasse condições para isso, refinar a dívida do município em condições mais vantajosas, permite, também, manter impostos mais baixos que afetam o rendimento disponível das famílias, liberta recursos para promover a coesão social do município, reforça o investimento na requalificação de zonas estratégicas que por sua vez potenciam maior receita, nomeadamente, receita turística, permite revitalizar e repovoar zonas deprimidas, e do ponto de vista dos prazos de pagamentos às empresas, gera um efeito importantíssimo de lhes dar um apoio de tesouraria que por sua vez origina salários em dia e aumenta o número de transações o que também é um estímulo à economia nacional. É justamente, por isso que também se deve referenciar a apresentação de Lisboa como uma entidade pública de referência, algo que não deve ser deixado passar em claro, nesta Assembleia Municipal.-----

----- Um dos instrumentos desta política de consolidação financeira tem sido a alienação de ativos não estratégicos. E aqui não acompanhamos, naturalmente, as críticas generalizadoras do BE que encara tudo que seja alienação, seja definitiva seja provisória, como algo nocivo. Não é. O que não é estratégico, o que não está ao serviço público pode ser rentabilizado de outras formas.-----

----- E, obviamente, também relativizamos as críticas que são dirigidas pelo PSD e pelo PP, porque apoiam um Governo que tem alienado tudo o que são ativos estratégicos em todos os setores da economia, desde as comunicações à energia, aos portos, aos aeroportos, construção naval, tudo serve mesmo em ano de eleições.-----

----- Neste contexto, a pergunta concreta que se coloca ao Senhor Vice-Presidente é se a tendência na realização de receita com a alienação de ativos imobiliários não estratégicos é para continuar em 2015? E se a concretização desta tendência permitirá continuar a reduzir a dívida consolidada do município e a libertar recursos para investimentos relevantes da cidade?-----

DRAFT

----- Relativamente ao segundo tema, vou abreviar a questão até porque já foi aqui aflorada, mas também não pode deixar de se mencionar as mais recentes declarações de responsáveis governamentais sobre transportes coletivos, em Lisboa. Foi noticiado em vinte e três de janeiro de 2015, e não desmentido, por um jornal televisivo de informação alargada, que a proposta do município, Câmara e Assembleia Municipal, até teria sido bem ponderada no Ministério da Economia, inclusivamente, o Senhor Secretário dos Transportes, mas logo surgiu o Senhor Primeiro-Ministro a anunciar que este tipo de solução, parceria pública-pública, chocaria o seu quadro ideológico. Ora bem, eu diria que chocados podem ficar os autarcas da cidade, e a população, com este tipo de declarações. Porque o que nós não queremos, por exemplo, são choques de material circulante por falta de manutenção, ou choques diários na vida das pessoas pela degradação do serviço, ou choques orçamentais para financiar explorações deficitárias por uma má estruturação desta operação com cadernos de encargos deficitários. E já temos um exemplo concreto do que se está a passar no Porto, portanto, há um caderno de encargos que não é bem acolhido pelos operadores a quem a operação se destinava, e temos então uma “bizarria” política e democrática que é o proponente aceite, tem capitais públicos espanhóis, nomeadamente, uma empresa concessionária da região Metropolitana de Barcelona. E portanto, o Governo não quer uma solução de parceria pública-pública e, aparentemente, aceita uma parceria pública-pública estrangeira, e isto até coloca questões mais profundas; em que medida é que cidades são concorrentes no espaço económico em que estão, na mesma Península Ibérica, no mesmo espaço europeu, se é legítimo que autarquias concorrentes influenciam as políticas autárquicas de outra zona concorrente através da gestão do seu sistema de transportes? Pois bem, eu aqui creio que temos de acompanhar a ANTRON, os Sindicatos e até o Município do Porto que legitimamente, referiram que vão lutar até às últimas consequências, inclusivamente, solicitando a pronuncia da Comissão Europeia sobre esta “bizarria” política e democrática, se um autarquia de um país vizinho vem influenciar, por via de um concurso, a política de transportes de outra autarquia, neste caso de Lisboa.-----

----- Em concreto pergunta-se à Câmara Municipal que medidas poderá promover junto do Governo para retomar o diálogo sobre esta parceria e que permitisse ao Município de Lisboa, legitimamente, assumir responsabilidades ao nível da gestão dos transportes coletivos na cidade e na defesa dos seus interesses patrimoniais já aqui elencados? E se considera admissível que uma empresa internacional controlada ou participada por capitais públicos de uma autarquia estrangeira, possa vir gerir os transportes coletivos em Lisboa? -----

----- São estas duas questões que deixo sobre a questão da gestão patrimonial de ativos não estratégicos.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhor Deputado, levantou aqui um conjunto de matérias de extrema importância.-----

----- Em primeiro lugar, salientar que os bons resultados na frente financeira da Câmara são de facto uma boa notícia para a cidade porque nos permitem ser um

agente ativo na recuperação económica da cidade, um agente ativo na dinamização e para a vida de todos aqueles que se relacionam financeira e economicamente com a Câmara de Lisboa, todos aqueles que fornecem a Câmara de Lisboa, todos aqueles que dialogam e interagem e creio que o duplo, movimento que conseguimos executar em 2014, de um programa estratégico de redução de endividamento com um programa de recuperação do nosso equilíbrio corrente nos deixa em melhores condições para servir a cidade e também para investir no futuro. -----

----- Parte deste movimento, como referiu e bem, com o programa de alienações que estamos a executar. Este plano tem o primeiro objetivo que é servir a cidade colocando ao serviço da cidade um conjunto de ativos que a Câmara dispõe e que não estão devidamente aproveitados na posse do município, sejam edifícios, e foram largas dezenas de edifícios devolutos que foram vendidos e alienados, alguns já começaram, outros irão nos próximos anos ser objetos de reabilitação, e são também terrenos que poderão ser urbanizados e permitirão a requalificação de zonas da nossa cidade. Este é no fundo o primeiro e grande objetivo que prosseguiremos, sem dúvida, por vários meios e vários instrumentos, ao longo do mandato. -----

----- A segunda vertente é de facto, a vertente financeira em que estas alienações se inserem e a sensibilidade que temos vindo a recolher é que este é um momento extraordinariamente oportuno para prosseguirmos e intensificarmos o nosso plano, seja na frente do edificado, seja também na frente de terrenos porque precisamente, há uma apetência dentro de Lisboa por investimento nesta área e é nossa obrigação aproveitarmos esta oportunidade, oportunidade para ao colocar bens promovemos a recuperação da cidade, mas também para nos assegurar importantes encaixes financeiros que nos permitam, por um lado, fazer a redução da dívida, e por outro ganhar capacidade para investir, no fundo, em novos ativos. Quando alienamos ativos para investir nós na prática o que estamos a fazer é trocar ativos, estamos a trocar bens que estavam subaproveitados por bens que estarão ao serviço da cidade. Quando alienamos um terreno e quando investimos em construção de escolas o que estamos a fazer é a permitir a recuperação de um terreno que estava vazio por uma nova escola que estará ao serviço da comunidade. Isto é uma troca de ativos, um contributo extremamente importante que o município pode fazer, e felizmente, que as condições de mercado permitem que a Câmara faça isto durante este mandato e, por isso, é uma linha importante que vamos prosseguir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Obrigado pelas questões relativas aos transportes públicos, creio que numa resposta anterior o Senhor Vice-Presidente já precisou os termos em que neste momento a questão se coloca.-----

----- A única novidade que existe, essa positiva, é o facto do Governo ter informado ter concluído com a Área Metropolitana de Lisboa a apreciação de um diploma que apresentará em breve, tendo em vista a integração da chamada Autoridade Metropolitana de Transportes no quadro da Área Metropolitana de Lisboa. Isso é um

progresso importante e é um passo importante na descentralização do sistema de transportes para a escala metropolitana e para a escala municipal.-----

----- Nesse contexto, a legislação vai prever um tratamento quer à escala metropolitana, quer à escala municipal, quando o serviço de transportes é essencialmente interno a um determinado município. -----

----- Nesse sentido, com uma alteração importante relativamente a uma primeira versão, em que se previa que essa transferência só ocorresse nos termos dos atuais contratos de concessão, foi decidido que o Governo transfere desde já. Contudo, entende o Governo que deve transferir depois de proceder à subconcessão da concessão que está em vigor, que como sabem é uma concessão municipal.-----

----- É como se nós fizéssemos um contrato promessa de compra e venda de um imóvel a cumprir no prazo de seis meses mas eu aproveitasse a oportunidade para entretanto subarrendar a casa que lá está, para que a casa fosse transmitida já com o encargo de manter lá o sublocatário. Eu expropriei a sua casa, assumi a gestão da casa, concessionei aqui ao Rui Paulo Figueiredo e agora vou subarrendar à Rita, para quando receber já for com tudo devidamente comprometido para os próximos anos. ---

----- Como o caminho se faz caminhando, apesar de tudo é uma boa notícia a integração da competência na Área Metropolitana, a devolução ao Município das funções de concedente. Falta agora que o Governo se convença do resto que ainda não se convenceu, é que o Município de Lisboa é a entidade que está nas melhores condições para poder assegurar uma boa gestão da qualidade do serviço público de transportes na cidade. Portanto, para além deste passo, deve dar o passinho seguinte e em vez de subconcessionar a terceiros, subconcessionar-nos já a gestão para começarmos desde já a melhorar a qualidade dos transportes públicos na Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente, para solicitar alguns esclarecimentos às respostas que foram dadas, quer pelo Senhor Presidente, quer pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Relativamente ao reordenamento publicitário na Baixa da cidade, falou da questão do Regulamento dos Estaleiros de Obras na Via Pública que contempla umas novas normas com as quais concordamos para telas, publicidade nos estaleiros. Mas não era essa a minha questão. A minha questão era com os outros elementos que no dia-a-dia, e há vários anos a esta parte, tornam, criam, poluição visual na Baixa, e falo das janelas com publicidade colada, falo de cantarias de edifícios históricos com publicidade afixada, ocupação indevida do espaço público, como é conhecido, e até a presença de dispositivos em lojas já fechadas há muitos anos. -----

----- Portanto, eram estas as questões que queria que o Senhor Vereador respondesse, o que é que tem sido feito por parte da Câmara, se já foi feito um levantamento exaustivo de todas estas situações, se foi feita a devida fiscalização, ações de sensibilização e, em ultimo caso, a remoção coerciva. -----

----- Depois, relativamente, à intervenção do Senhor Presidente em relação às emissões reduzidas, o Senhor Presidente não percebeu, ou não lhe deu jeito, a intervenção da minha colega Maria Luísa Aldim, quando falamos em ações de sensibilização, tendo em conta o desagrado que esta terceira fase da ZER provocou em muitos automobilistas.-----

----- E, portanto, o que nós perguntámos era se a Câmara já tinha pensado, desde o início, em fazer ações de sensibilização. Mas percebemos pela resposta do Senhor Presidente como disse, que a sensibilização é feita através do castigo e da punição e, portanto, da multa, o que me leva a uma última questão que a Câmara, o Senhor Presidente, ou Vice-presidente, preferiu não responder e que é o que é que se passa com o inventário da Câmara? Porque é que os Senhores que cá estão há oito anos, nomeadamente, o Senhor Presidente, e não apresentam o inventário de bens da Câmara.-----

----- E, mantendo esta linha de raciocínio, Senhor Presidente, e relativamente às ZER, podemos dizer então que devemos seguir este carácter punitivo e castigo, e portanto, se calhar notificamos o Tribunal de Contas que a Câmara de Lisboa não cumpre com a lei 75/2013, e portanto, não apresenta quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia, o respetivo inventário de bens do município.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Como eu tinha previsto, a crítica do CDS estaria sempre atual. Se houvesse multas era porque havia multas, se não há multas é porque não há multas.-----

----- Eu ainda não percebi é qual a posição do CDS. Para além de já ter sentido que há pessoas que estão descontentes e nada melhor do que dar o braço a quem está descontente, mas isso não é uma linha política, isso é uma ‘Maria vai com as outras’, desculpe a expressão, ao sabor daquilo que lhe parece que é popular, mas se nós andarmos aqui para fazer o que é popular, ainda hoje o Terreiro do Paço era um mar de carros em vez de ser a praça que hoje é.-----

----- Se andássemos aqui ao sabor do que era popular, ainda hoje a SIMTEJO não tinha feito o intercetor que finalmente impediu que o equivalente a duzentos mil fogos continuassem a debitar para o Tejo, como durante anos aconteceu porque os Senhores Presidentes de Câmara tinham medo, porque era muito perturbador para a cidade interromper o funcionamento da Ribeira das Naus e do Terreiro do Paço no centro da Cidade de Lisboa. Isso foi o que as pessoas entenderam sempre.-----

----- O que o Senhor tem que se interrogar é assim: em que cidade é que nós queremos viver? Uma cidade com qualidade do ar ou uma cidade sem qualidade do ar? Se quer uma cidade com qualidade do ar, o que é que vai fazer para isso? Vai comprar um spray e despeja bom ar na atmosfera ou diminui as emissões poluentes?-----

----- Tem que diminuir as emissões poluentes e para diminuir as emissões poluentes, elas não são ‘obra e graça do Espírito Santo’, têm duas origens muito precisas, a falta de eficiência energética do edificado e os veículos.-----

----- Está definido aliás, quer ao nível da união Europeia, quer ao nível das Nações Unidas, que as próximas décadas vão ser as décadas da eliminação do automóvel na

cidade. Nós levámos cinquenta anos a adaptar as cidades para acolherem o automóvel e agora vamos passar os próximos, espero que só vinte anos, a readaptar a cidade a viver sem automóveis. -----

----- Sabe qual é o primeiro passo importante para isso? É tirar a Carris e o Metro das mãos do Governo, pô-las na gestão da Câmara para melhorar a qualidade dos transportes públicos. É logo a primeira medida que é necessário tomar. Depois é preciso acompanhar essas medidas de outras medidas, como temos feito a modelação do preço do estacionamento, que é a verdadeira grande portagem urbana. Em vez de andarem na fiscalidade verde a ver se inventam mais uma portagem para ir buscar dinheiro às pessoas, a grande portagem urbana é a modelação do preço do estacionamento, como temos feito. Foi a alteração do sistema de circulação na Avenida da Liberdade e no Marquês de Pombal, que os Senhores também protestaram porque também havia muitas pessoas descontentes. Claro que há descontentes. Quando se mexe numa coisa, claro que gera descontentes, mas se só está cá para gerar contentes, então mais vale mudarmos de atividade, para isso não é preciso haver poder local democrático. -----

----- O poder local democrático existe para tomar decisões e resolver problemas, o poder local democrático e os outros poderes todos, é para isso que existem, para resolver problemas e não para chorarem e teorizarem sobre os problemas, nem simplesmente andarem a dar o ombro para quem tem queixas a apresentar. -----

----- Claro que há queixas, ou acha que nós não sabíamos que havia queixas? Agora, o que os Senhores deviam era registar como positivo que este Executivo, não obstante saber que há queixas e que gera descontentamentos, toma as medidas que deve tomar em função de uma visão política que tem para a cidade. Essa visão é de uma cidade das pessoas, com qualidade do ar, sustentável e isso exige medidas que diminuam as emissões poluentes. É assim que devemos prosseguir e iremos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Nesta regra entre perguntas e respostas, convém ouvirmos aquilo que cada um diz para depois respondermos, não é? Neste caso, é o BE as questões que foram colocadas na minha intervenção quando eu disse que no levantamento que o STML fez havia estágios curriculares e profissionais, contratos de emprego e inserção e recibos verdes. Portanto, estas três questões que foram apontadas. Houve também uma outra que o Sindicato colocou que era, por um lado, a precariedade na Câmara Municipal, ou seja, eu disse que entre trezentos e quatrocentos trabalhadores na Câmara, falei das Juntas de Freguesia e coloquei um parenteses que esta Assembleia não tinha competências para tratar desse assunto, e as empresas municipais. Três âmbitos eu coloquei. E depois, na resposta, o Senhor Vice-Presidente não respondeu às questões que eu coloquei, ou seja, “chutou para canto”, fez o número que é costume quando se trata do problema da precariedade, mas não respondeu em concreto. -----

----- A primeira pergunta que fiz foi concluída que está a fase de candidatura de admissão de cantoneiros de limpeza em que se inscreveram cerca de seiscentos

candidatos, quantos destes vão ser incluídos nestes seiscentos, agora no concurso, finalmente a resolução dos contratos de emprego e inserção? -----
----- Segundo, então quantos trabalhadores é que vão ser admitidos no geral, ou seja, incluindo aí os recibos verdes? -----
----- Por conseguinte, são duas perguntas distintas e muito concretas. -----
----- A terceira pergunta que o Senhor Vice-Presidente não respondeu foi o que é que a Câmara vai fazer quanto à integração dos trezentos e trinta trabalhadores do terreno que foi alienado na Vinte e Quatro de Julho?-----
----- E disse, também, na minha última questão que aqui coloquei, o que é que a Câmara iria fazer em relação às reivindicações que os trabalhadores colocaram sobre as suas condições de trabalho, nomeadamente, os trabalhadores da DRMM?-----
----- Foram estas as questões que coloquei. -----
----- Por último, disse que devíamos reavaliar o processo de Descentralização de Competências e Meios, devíamos na opinião do BE, e julgo que da Câmara Municipal, devíamos fazer um balanço sobre o caminho até aqui percorrido, o que é que foi bem feito e o que há que ser corrigido. Foi o que coloquei muito concretamente à Câmara para resposta, e que não obtive.”-----
----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, informou: -----
----- “A Mesa informa que os tempos cedidos à Câmara, a Câmara utilizou já alguns minutos do MPT que cedeu o seu tempo residual, e o Partido Socialista comunica que também cede tempo à Câmara. Portanto, neste momento estamos em condições de prosseguir.” -----
----- **O Senhor Vice-Presidente Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu:-----
----- “Senhor Deputado José Casimiro, vou responder tentando da mesma forma que respondi da primeira vez, tentando talvez, um pouco inovar na forma. -----
----- Aquilo que o BE tentou hoje trazer aqui, repete exatamente, aquilo que o BE tentou trazer á Assembleia Municipal há um mês atrás, relativamente aos contratos de emprego e inserção, que é tentar propagar a tese que a Câmara Municipal de Lisboa usa e abusa da precaridade como forma de relação laboral. -----
----- Sobre esta afirmação, o que eu tenho na dizer é que é falsa, não é comprovada por nenhum elemento.-----
----- Há um mês atrás, creio eu, o Deputado Ricardo Robles trouxe aqui um número e questionou a Câmara sobre os contratos de emprego e inserção. E eu tive a oportunidade, se a memória não me traiçoa, que há data seriam trinta e seis que estariam em funções. E tive a oportunidade de explicar que essa figura não é para suprir nenhuma necessidade de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, mas insere-se na política de apoio social da Câmara Municipal de Lisboa, na sua responsabilidade social, e que alguns desses trabalhadores que estão em contrato de emprego e inserção se podem apor a concursos que estão abertos. E esta foi a resposta que dei há um mês atrás. -----
----- Hoje, o Senhor Deputado volta com uma tentativa de inovação que é pegar nos contratos de prestação de serviço e tentar pegar nos estágios curriculares. Expliquei-lhe relativamente aos contratos de prestação de serviços o seguinte; cerca de metade

DRAFT

dos contratos de prestação de serviços da autarquia prendem-se com contratos de prestação de serviços de apoio aos órgãos do município. São aqueles prestadores de serviços que dão apoio aos Grupos Parlamentares na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. E relativamente aos restantes, o grosso dos restantes, prendem-se com os trabalhadores da higiene urbana para o qual, se se recorda, foi decidida a abertura para o concurso de admissão de trabalhadores mas por se tratar de uma necessidade que foi reconhecida como urgente, se procedeu à contratação de cento e cinquenta cantoneiros em regime de prestação de serviços. Ora, como esta contratação de prestação de serviços terminará no momento em que for concluído o processo de admissão, não pode terminar antes. E por isso, não é um abuso, não é nenhuma forma de utilização precária, seria se nós contratássemos os prestadores de serviços e fizéssemos um uso indeterminado desta figura, e não é. Esses contratos de prestação de serviço cessarão todos quando o concurso for fechado. -----

----- É nossa pretensão, naturalmente, que aqueles que tenham vontade e aptidões possam ficar colocados no concurso, mas não o podemos garantir pois a lei não o permite fazer. -----

----- Mas estes contratos de prestação de serviço são verdadeiros prestadores de serviço e destinam-se a necessidades temporárias, transitórias do município, e quando a necessidade ficar ultrapassada pelo concurso, os contratos desaparecerão. -----

----- Por isso, a tese que o BE numa grande instituição pública do país, como Câmara de Lisboa que tem cerca de oito mil trabalhadores, quer dizer que há um problema de precaridade e que nós cumprimos uma responsabilidade social com contratos de emprego e inserção e com meia dúzia de estágios profissionais, digo Senhor Deputado não tem “pés nem cabeça” insinuar algo dessa natureza e repito aqui aquilo que disse, também, há bancada do PCP o que nós estamos a avaliar a necessidades operacionais de pessoal operacional ou que temos em várias áreas, e da avaliação dos nossos limites quantitativos para, assim que pudermos, fazermos novas aberturas de concursos para reforço da capacidade operacional da Câmara. É isso que faremos. -----

----- Por isso, o mito que tentou colocar, o tema que tentou trazer aqui, simplesmente, se esvazia em rigorosamente, nada, numa Câmara que tem um universo de cerca de oito mil trabalhadores. -----

----- Relativamente às instalações, como há pouco referi, pedi o levantamento exaustivo sobre as medidas corretivas necessárias nas várias instalações e edifícios municipais de forma a que possamos que o novo ciclo de investimentos resolver vários dos problemas que recorrentemente têm sido levantados e aqui trazidos. -----

----- Por último, e relativamente aos trabalhadores da Câmara que estão nas instalações da Vinte e Quatro de Julho, esses trabalhadores irão ser recolocados noutros edifícios municipais, num estudo que está a ser levado a cabo pelos serviços da Câmara de reafecção do dispositivo municipal, dispondo nós o tempo mais que suficiente para encontrarmos as melhores soluções. -----

----- Na hasta pública da alienação do terreno ficou consignado que o terreno seria entregue liberto um ano depois da celebração do contrato, precisamente, para dar tempo à Câmara Municipal para providenciar a recolocação do seu dispositivo do

ponto de vista de pessoas e de instalações para que possamos também aproveitar este movimento para termos uma estrutura mais eficiente na cidade, e é isso que iremos fazer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Vamos entrar na quarta ronda de questões. Temos três outros Senhores Deputados inscritos. É a última ronda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Antes de iniciar a nossa intervenção não poderia deixar de referir que após ouvir o nosso Vereador Manuel Salgado atribuindo ao problema do Núcleo Desportivo de Telheiras uma diferença entre o calendário do promotor e o calendário da EMEL, não poderíamos de deixar, obviamente, de questionar a Câmara se está disponível para que exista entre estas duas entidades um acerto de calendário, viabilizando aquilo que é construção do parque de estacionamento subterrâneo. -----

----- Hoje questiona-se se a Câmara Municipal acerca de questões fulcrais no âmbito da cidade. -----

----- O PCP decidiu, no dia de hoje, entre muitos outros assuntos, abordar a questão dos orçamentos participativos. -----

----- Existe um considerável e incompreensível atraso no âmbito das várias edições do Orçamento Participativo da Cidade de Lisboa. É com desagrado que registamos que os pontos de consideração constantes no *site* “Lisboa Participa” são pouco claros e inibidores no acesso à informação aos munícipes da cidade. pontos de situação, aguarda o lançamento da empreitada ou aguarda votação na Assembleia Municipal dos projetos vencedores de 2009-2010, que são pouco consistentes e claros. Quatro dos projetos vencedores da edição OP 2012-2013, com o ponto de situação em análise, revelam falta de ação camarária. No que concerne às edições 2013-2014, com o ponto de situação sem informação, ou em programação, nada dizem sobre o verdadeiro ponto de situação de implementação dos projetos. -----

----- A realidade, é que todos os esforços desenvolvidos para que se desse início à execução de determinadas obras, resultaram apesar do profissionalismo dos técnicos projetistas a quem estes projetos foram delegados, num considerável e injustificável ruidoso atraso, inoportável e incompreensível para a população e seus legítimos anseios. Os atrasos de execução além de uma grande mancha no processo do Orçamento Participativo da Cidade de Lisboa configuram uma violação dos compromissos assumidos com a população e são indicadores da pouca transparência municipal e da deficiente informação ao munícipe. -----

----- Assim, torna-se imperativo que a Câmara Municipal de Lisboa reveja a sua postura e proporcione a informação adequada sobre esta e outras matérias que dizem respeito à gestão participada da cidade. -----

----- Na sequência da nossa exposição, solicitamos que nos seja esclarecida para quando a implementação dos projetos de 2012, construção do parque infantil na

Quinta da Luz e construção do parque infantil na Quinta das Camareiras, projeto vencedor na edição de 2013. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “O Projeto da Quinta da Luz vai para concurso muito brevemente, já está feito o projeto. O Projeto da Quinta das Camareiras depois de ser discutido com os proponentes, está a acabar o projeto de execução, em março, abril, estará pronto para lançarmos o concurso, também. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Depois do amplo debate aqui havido sobre a Colina de Santana e da decisão de elaborar o debate, esta Assembleia passou a acompanhar o seu desenvolvimento através da Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana. Esta comissão tem vindo a atuar no sentido da auscultação de vários atores institucionais, do levantamento do máximo de informação relevante e tem acompanhado de perto as participações dos cidadãos. A comissão teve, inclusivamente, a oportunidade de reunir com a equipa do plano nas instalações do Campo Grande, onde nos foram apresentados os passos já dados, que incluíam um número considerável de objetivos e ações sendo que, alguns deles, já se encontravam em desenvolvimento.-----

----- O PS sente que é o momento para fazer um novo balanço ainda que sintético da evolução do PAT, pelo que pedíamos que a Câmara nos desse aqui conta do ponto de situação. -----

----- Outro ponto de situação que gostaríamos de conhecer é o do Plano de Pormenor do Alvito. Aprovada que foi aqui a recomendação para alteração de alguns detalhes do plano, recomendação que julgamos saber terá sido acolhida pelo executivo, o que demora a Câmara para devolver esta proposta à Assembleia para escrutínio? -----

----- Por fim, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, tivemos nota pela comunicação social da intenção do executivo municipal avançar com o Plano de Acessibilidade suave e assistida para a Colina do Castelo uma vez que estarão concluídos os estudos necessários à instalação dos seus meios mecânicos. Sabemos também, que o plano incluirá elementos distinguidos com o prémio Fomento das Artes Desenho e Arquitetura 2014, mais uma distinção para a já vasta coleção que Lisboa tem vindo a arrebatar. -----

----- Gostaríamos pois de conhecer com mais detalhe os contornos deste plano pois não esquecemos que a acessibilidade ao Castelo não tem tido uma história pacífica, mas temos uma enorme expectativa que com este plano, venha a ter um final feliz. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Em relação à pergunta sobre a Colina de Santana, como foi referido tem havido um trabalho intenso com os vários parceiros envolvidos com intervenções na Colina de Santana por forma a elaborar uma proposta de programa de ação territorial. Fazem parte deste grupo de trabalho as freguesias de Arroios, Santo António, Santa Maria

DRAFT

Maior, a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa, o Ministério da Saúde, a Santa Casa da Misericórdia, a ATL, a EMEL, a ESTAMO e, recentemente, foram convidados também a integrar este grupo o *Gut Institute* e a Academia Militar. -----
----- Este grupo reuniu quinzenalmente, desde doze de setembro, até dezoito de setembro e está neste momento a finalizar um relatório desta primeira fase que deverá ficar concluído até final de fevereiro, até fim deste mês, para depois ser submetido à Câmara, e apresentado à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto ao Plano do Alvito, este plano foi reenviado pela Assembleia à Câmara, foi reapreciado em Câmara, tem vindo a ser discutido pelas várias forças representadas no executivo municipal, foram feitas várias propostas de alteração e, muito em breve, virá outra vez à Assembleia, irá à Câmara para que a Câmara o envie novamente à Assembleia para que esta se pronuncie sobre ele. -----

----- Quanto ao sistema de elevadores, aquilo que foi apresentado e aprovado em Câmara é um sistema com percursos pedonais com sistemas mecânicos para apoiar a mobilidade e que são três percursos; um percurso que sai do Campo das Cebolas e que através do elevador chega ao Adro da Sé, um segundo percurso que sai do Martins Moniz e que atravessa através de um sistema de escadas rolantes, vai chegar à Marquês Ponte de Lima, mesmo acima do Marquês Ponte de Lima até à Rua Costa do Castelo, e um sistema com um funicular que vai ligar desde a Mouraria, junto à Rua das Olarias até ao Miradouro Sofia de Mello Breyner. -----

----- Este conjunto de meios mecânicos articulam-se com percursos pedonais que serão tratados no sentido de se tornarem percursos acessíveis com pavimentos mais seguros e confortáveis, seguindo as orientações definidas no Plano de Acessibilidade Pedonal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra apresentou as seguintes questões: -----

----- “Só para terminar, há bocado quando eu referi os dados que tinham saído no Diário Económico, o Senhor Vice-Presidente disse que não sabia a que é que me referia. -----

----- Ainda bem que o Senhor presidente chegou, entretanto, porque não só sabe ao que eu me refiro como até se mostrou entusiasmado com a atitude do Governo ter designado os transportes de Lisboa. -----

----- Ora bem, os dados a que eu me referi foram precisamente as declarações do Senhor Presidente dos transportes de Lisboa, o Senhor Dr. Rui Loureiro que disse que os gastos do Metro e da CARRIS, em 2014, foram de 300,4 milhões de euros, e as receitas de 200,5 milhões de euros. Ainda bem que o Senhor Presidente sabe ao que me refiro, e que está entusiasmado com isso, e que pelos vistos o Senhor Presidente está de acordo comigo o que é sempre agradável de ouvir nesta sala. -----

----- a segunda pergunta, a qual também não obtive resposta, foi em que data foi assinado o protocolo entre os Bombeiros Voluntários da Ajuda e a Câmara de Lisboa para a concessão do direito de superfície de um terreno no Alto da Ajuda? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Pergunto se há alguém da Câmara para responder? Não vejo nenhuma indicação. Termina neste momento a parte da sessão das perguntas à Câmara. -----

----- Vamos prosseguir com a nossa ordem de trabalhos.-----

----- Eu sei que estamos um pouco cansados mas temos aqui algumas matérias que são relativamente, simples e que talvez se possam resolver. -----

----- Lembro aos Senhores Deputados que estamos, mais ou menos com o nosso *quórum* relativamente tangencial portanto, pedia para não se ausentarem. -----

----- E lembro que na próxima semana, na próxima terça-feira não há sessão, já estava combinado desde o início do ano que não haveria sessão no dia dezassete de fevereiro, pelo que a próxima sessão será no dia vinte e quatro de fevereiro, uma sessão ordinária, com a informação escrita do Senhor Presidente e depois informar-vos-ei onde é que é o local, em princípio já será no Fórum Lisboa se as coisas estiverem resolvidas mas serão avisados na altura.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO RECURSO APRESENTADO PELO DEPUTADO MUNICIPAL DAVIDE AMADO DA DELIBERAÇÃO DA MESA QUE INJUSTIFICOU A SUA FALTA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO PASSADO DIA 6 DE MAIO DE 2014, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 3 DO ARTIGO 29º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Portanto, iremos passar à nossa Ordem de Trabalhos. E o ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos era um recurso apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Davide Amado relativamente a uma injustificação de falta. Sucede que o Senhor Deputado David Amado me comunicou ontem que retirava o seu recurso e que aceitava a decisão da Mesa e, portanto, não há matéria para ser apreciada, e este ponto está ultrapassado.-----

----- Vamos passar ao ponto seguinte.-----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA Nº 735/2014 – DESAFETACÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.625,30 M2, SITA NO VALE DE SANTO ANTÓNIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (GRELHA BASE-34 MINUTOS);**-----

----- (anexada à presente ata como anexo **II**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer Conjunto** – também da **Proposta nº 736/2014** - da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo III**, e dela faz parte integrante).-----

----- A Mesa não regista pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 735/2014** à votação. Votos contra do PCP e BE, abstenção do PEV, votos a favor do

PS, PSD, CDS-PP, PNP, PAN, MPT e 6 IND. A **Proposta 735/2014** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA Nº 736/2014 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS NO VALE DE SANTO ANTÓNIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (GRELHA BASE-34 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo **IV**, e dela faz parte integrante);-----

----- A Mesa não regista pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 736/2014** à votação. Votos contra do PCP e BE, abstenção do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PNP, PAN, MPT e 6 IND. A **Proposta 736/2014** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA Nº 10/2015 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 138.90 M2, SITA NO BECO DE SÃO MIGUEL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (GRELHA BASE-34 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo **V**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo VI**, e dela faz parte integrante).-----

----- A Mesa não regista pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 10/2015** à votação. Não há votos contra nem votos de abstenção. A **Proposta 10/2015** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA Nº 783/2014 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116º DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (GRELHA BASE-34 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo **VII**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo VIII**, e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, fica anexado à presente Ata como **anexo IX**, e dela faz parte integrante).--

DRAFT

----- A Mesa chama a atenção que nestes pareceres há propostas concretas de alteração da redação apresentadas pelas duas comissões, quer pela 1ª, quer pela 5ª comissão.-----

----- Eu fiz distribuir essas propostas de alteração à redação e, portanto, nós vamos votar as propostas de alteração antes de votarmos a proposta da Câmara. Pelo que peço atenção.-----

----- Eu lembrarei quando chegarmos à altura da votação o que é que estamos a votar, e lembro também que a Assembleia Municipal tem competências para alterar propostas da Câmara, só em matérias reservadas é que não pode alterar propostas da Câmara que são o Orçamento, o Plano e questões relacionadas com o inventário e patrimoniais.-----

----- Mas aqui em matéria de competências, podemos sempre fazê-lo.-----

----- Portanto, Senhores Deputados, vamos dar a palavra a quem se inscreveu.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta 783/2014, refere-se à celebração do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica e respeita concretamente à execução de uma nova pavimentação, nesta freguesia.-----

----- Ainda que, a proposta não nos levante outras dúvidas de maior relativamente à delegação de competências em causa, gostaríamos de declarar que se expressa na alínea d), da minuta de contrato, que a Câmara Municipal procedeu a uma reavaliação de receitas e custos associados, tendo resultado um superavit de duzentos e quarenta mil, e que refere nesta minuta de contrato como consta do anexo dos valores financeiros associados que integra o auto de efetivação de transferência das competências.-----

----- Como já referimos nesta Assembleia Municipal, por variadas vezes a Câmara enviou propostas em que faltava documentação. E esta é mais uma dessas propostas. --

----- Fizemos várias diligências junto da Câmara Municipal para que estes elementos em falta nos fossem facultados, desde pedidos no Plenário, requerimentos, requerimentos através da comissão, e até agora não nos foram facultados alguns dos anexos deste auto de transferência que pedimos.-----

----- Consideramos que a Assembleia Municipal de Lisboa, neste caso os Deputados Independentes, não dispõe dos meios de informação imprescindíveis para proceder a esta avaliação fundamentada, porque achamos que a Câmara Municipal continua a não cumprir estas recomendações e requerimentos aprovados que determinam a disposição de todas as peças dos autos de efetivação de transferência que como já referimos aqui, estão em falta.-----

----- Declaramos na reunião da 5ª Comissão, que a conclusão deste processo, aliás, este parecer com o qual concordamos na sua generalidade, mas que nos abstivemos, deveria de concluir que esta proposta não estava em condições de ser apreciada em plenário. Foi esta a única razão pela qual não votamos a favor, foi porque não concordamos com as conclusões do parecer.-----

DRAFT

----- Relembro que a última iniciativa que tomamos foi um requerimento da 5ª Comissão, que foi também subscrito, além dos Deputados Municipais Independentes, também pelo Partido Socialista, Partido Social Democrata e Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

----- Aproveitamos para relembrar uma outra questão, a própria Presidente da Assembleia Municipal declarou aqui, em Plenário, que não estando estes processos corretamente instruídos a Câmara o deveria fazer, no futuro, e esta matéria foi, inclusivamente, levantada na última Conferência de Representantes, na qual foi também discutido se a proposta estaria, ou não, em condições de admissibilidade. Achamos que ela não está em condições, a não ser que a Câmara a retire e a faça instruir juntamente do anexo respetivo para a enviar novamente, votaremos contra esta proposta e iremos fazer uma Declaração de Voto ao abrigo da Lei 75/2013, que aliás diz que esta Assembleia deve apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações, ou recusa de entrega de documentos por parte da Câmara ou de quaisquer dos seus membros.” -----

----- (O Grupo de Deputados Independentes apresenta, assim, a seguinte Declaração de Voto): -----

----- *“A Proposta nº 783/CM/2014, ponto 8 da Ordem de Trabalhos, remetida pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) à Assembleia Municipal de Lisboa (AML) reunida em plenário a 10 de Fevereiro de 2015, propõe a Celebração de Contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica, com vista à execução de nova pavimentação na Estrada do Outeiro, Rua da República da Bolívia e Rua José Marinho, obras que nos termos do Plano Plurianual de Pavimentação da Cidade de Lisboa estão inscritas para execução, a primeira, no 1.º Semestre de 2015 e a segunda e a terceira, no 1.º Semestre de 2017, procedendo a Freguesia à sua total execução no decorrer do ano em curso.* -----

----- *Se a Proposta em si, tal como a figura da delegação de competências não nos levantam nenhuma dúvida de maior, pois como já o declararam anteriormente os Deputados Municipais Independentes concordam com um processo de descentralização que torne as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e participado. Porém, a forma como o processo em curso de descentralização de meios e competências para as novas Juntas de Freguesias tem vindo a ser conduzido em alguns dos seus aspetos, particularmente o facto da Câmara Municipal não estar a fornecer à Assembleia Municipal de Lisboa os meios de informação imprescindíveis para proceder a uma avaliação fundamentada da execução financeira e administrativa deste processo, continua a causar-nos algumas dúvidas, de que esta Proposta é mais um exemplo.* -----

----- *A saber, expressa-se na alínea d) dos Considerandos da Minuta de Contrato de Delegação de Competências anexa à Proposta que a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica procederam a uma reavaliação das receitas e custos associados às competências transferidas por força da Lei n.º 56/2012, tendo resultado um superavit de € 240 000,00 a favor da Freguesia de Benfica, reportando-se a demonstração deste valor à consulta do Anexo L dos Valores Financeiros*

DRAFT

Associados que integra o Auto de Efetivação da Transferência de Competências n.º 1/JFBEN/2014, celebrado entre o Município e aquela Freguesia em 10 de Março de 2014. -----

----- No sentido de terem acesso a esta informação, os Deputados Municipais Independentes apresentaram em 15 de Julho de 2014 um requerimento a exigir o “Acesso aos documentos solicitados por parte das Comissões Permanentes competentes da Assembleia Municipal de Lisboa relativos ao processo de descentralização para as novas freguesias de Lisboa”, depois de reiterados pedidos em sede de plenário e da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais não terem sido atendidos. -----

----- Em 15 de Setembro de 2014, foram entregues nesta Assembleia Municipal: 11 Dossiers e um CD, onde consta um “guia” de prestação de Informação pelos Serviços Camarários aos Municípios, assim como o 1º Relatório Trimestral, sendo os Dossiers são compostos essencialmente por documentação técnica de suporte à execução das competências transferidas para as 24 JF’s. -----

----- Nestes dossiers, porém falta um conjunto significativo de informação que neles deviam constar, aliás em cumprimento da Recomendação 4/2014, aprovada por maioria por esta Assembleia Municipal, na sessão do dia 21 de Janeiro de 2014 em conjunto com a Proposta 4/2014, e que foi subscrita pelos Deputados Municipais Independentes e os Grupos Municipais do PS, o PSD e do PNPN, e que pedia que fosse também dado acesso aos seguintes documentos:-----

----- a) Autos de Efetivação de Transferência de Competências das 24 juntas de freguesia, porém na documentação enviada pela Câmara Municipal apenas encontramos parte dos mesmos. Ou seja, os documentos estão truncados, não constando — em nenhum dos autos — os anexos J, K e L, referentes aos recursos humanos, listagem de contratos e valores financeiros associadas. -----

----- b) Fórmulas de cálculo utilizadas pela Câmara Municipal para alocação de recursos financeiros, que não foram até à data fornecidas a esta Assembleia Municipal; -----

----- c) Acordo tripartido, com os Sindicatos, a CML e as Juntas de Freguesia de Lisboa, com vista à garantia dos direitos dos trabalhadores em sede de Freguesias e em sede de Município, que não consta igualmente na informação facultada;-----

----- Dado que os elementos acima referidos não foram enviados pela Câmara Municipal de Lisboa a esta Assembleia Municipal e que — tal como referido no Parecer da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais anexo à Proposta 783/2014 —, “a Assembleia Municipal de Lisboa continua a não dispor dos meios de informação imprescindíveis para proceder a uma avaliação fundamentada da execução financeira e administrativa da Lei n.º 56/2012 de 8NOV em relação às Freguesias por a Câmara Municipal de Lisboa continuar a não cumprir as Recomendações e Requerimentos aprovadas/os que determinam a disponibilização de todas as peças dos Autos de Efetivação/Transferência de Competência celebrados em 10MAR14, incluindo os respectivos Anexos”, os Deputados Municipais Independentes votaram contra a Proposta nº 783/CM/2014. ----

----- *Mais declarando que tais factos configuram na opinião dos Deputados Municipais Independentes a inadmissibilidade da discussão em plenário da Proposta nº 783/CM/2014, e ser da competência da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea f), no nº 2, do artigo 25º, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, “Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização”, o que reforça a opção deste voto contra a Proposta nº 783/CM/2014.”*-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Não temos mais pedidos de palavra. Vamos então, passar à fase das votações. ---

----- A questão é esta, as alterações à proposta que foram apresentadas pelas Comissões são à proposta em si, são aditamentos, portanto podem ser votados depois da proposta ser aprovada, se ela for aprovada. -----

----- Há uma alteração à minuta de contrato e que é uma alteração mesmo ao texto. Portanto, eu vou pôr à votação em primeiro lugar, essa alteração ao texto da minuta de contrato uma vez que sem a minuta de contrato a proposta não tem validade. -----

----- Na proposta de alteração neste caso, foi da 5ª Comissão, são recomendadas duas alterações ao texto da minuta de contrato. A primeira eu julgo que nem vale a pena pormos à votação que é apenas uma correção material, no número um, na cláusula quinta da minuta de contrato anexo à proposta, está referida Rua José Martinho quando é Rua José Marinho, eu julgo que isto não é necessário votar porque é apenas uma correção material, mas deve ficar registada. Agora, a alteração é na alínea b) do número dois da cláusula quinta da minuta de contrato anexa à proposta. Eu vou ler o que cá está, e vou ler o que a Comissão propõe. O que cá está é: “No ano de 2015, a afetação do eventual superavit mencionado na alínea d) dos considerandos supra, até ao limite global de cento e dez mil euros”. Isto é o que cá está. A proposta de alteração diz o seguinte: “No ano de 2015, a afetação do eventual superavit que venha a ser apurado nos termos da alínea f) dos considerandos do contrato à execução das obras especificadas na cláusula primeira”. Portanto, está bem entendido o que está posto aqui em consideração. É uma especificação concreta da afetação do superavit, com indicação de como é que se apura o superavit e a que é que ele é afeto, ao invés de ficar a redação genérica que estava, inicialmente. É isto que está em causa, e é isto que a Mesa vai pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a alteração proposta pela 5ª Comissão Permanente à redação da alínea a), do número dois da cláusula quinta que eu acabei de enunciar. Não há votos contra, abstenção dos 6 IND e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PNP, PAN, MPT e PEV. Portanto, esta alteração foi **aprovada**.-----

----- Agora, considerando esta alteração aprovada, vamos agora à apreciação da proposta, à votação da proposta.-----

----- A proposta tem três pontos e depois alguns aditamentos propostos pela 5ª Comissão, mas vamos votar a proposta primeiro. A proposta na sua parte deliberativa tem três pontos, e é isso que a Mesa vai pôr à votação. **Proposta 783/2014**, votos

DRAFT

contra dos 6 IND, abstenção do BE, CDS-PP, PEV e MPT, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, PNP, PAN. A **Proposta 783/2014** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos agora votar os aditamentos, um proposto pela 1ª Comissão, e outros pela 5ª Comissão, à redação já aprovada. Portanto, no número três da parte deliberativa da proposta, diz-se o seguinte: “No ano 2015, a utilização do montante correspondente ao superavit que se encontra já disponível no Orçamento da Junta de Freguesia, ou na eventualidade do valor constante do superavit não ser suficiente para cobrir o montante global do custo das obras, transferência de uma verba no limite máximo de vinte mil euros ...”. O aditamento é: “transferência de uma verba para esse efeito, no limite máximo de vinte mil euros”. Portanto, é a especificação do destino da verba. ----

----- Vamos pôr à votação este **aditamento** da **1ª Comissão**. Não há votos contra, abstenção dos 6 IND e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PNP, PAN, MPT e PEV. Portanto, este **aditamento** foi **aprovado**. -----

----- Agora temos um aditamento ao mesmo número três, no mesmo número três. Onde estava: “Na eventualidade do valor constante de superavit não ser suficiente...”, o que a 5ª Comissão propõe é: “Na eventualidade do valor superavit que venha entretanto, ser definido pela análise da execução financeira da Lei 56/2012, de oito de novembro, e no sentido de mais perfeitamente adequar os recursos às competências transferidas...”, seguido do mesmo que cá está. Portanto, o objetivo é especificar como é que se apura este montante de superavit. -----

----- Vamos pôr à votação este **aditamento** da **5ª Comissão**. Não há votos contra, abstenção dos 6 IND e do CDS-PP, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PNP, PAN, MPT e PEV. Portanto, este **aditamento** foi **aprovado**. -----

----- Portanto, a **Proposta 783/2014** foi aprovada com estas alterações que foram aqui indicadas, a alteração da redação de minuta de contrato, e aditamentos no texto da proposta, e a Mesa integrará estas alterações no texto a publicar pelo Boletim Municipal.-----

----- Vamos então passar à nossa última proposta de hoje. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA Nº 784/2014 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116º DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (GRELHA BASE-34 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo X, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XI**, e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, fica anexado à presente Ata como **anexo XII**, e dela faz parte integrante).

DRAFT

----- A Mesa não regista pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 784/2014** à votação. Não há votos contra, votos de abstenção do CDS-PP e do MPT, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6 IND. A **Proposta n.º 784/2014** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos. -----

----- Obrigada pela vossa colaboração, e voltamos a encontrarmo-nos no dia vinte e quatro, para uma sessão ordinária. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinco minutos. -----

----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----